



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE MAIO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 11 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projeto de deliberação n.º 13/XII (2.ª) e do projeto de resolução n.º 746/XII (2.ª).

Em declaração política, o Deputado [Artur Rêgo](#) (CDS-PP) deu conta das conclusões das II Jornadas dedicadas à economia social e ao setor social da economia, da iniciativa do CDS-PP, tendo referido a sua importância na atual situação do País, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nuno Sá](#) (PS) e [Maria das Mercês Soares](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP), a propósito do primeiro aniversário do fim do feriado

do Corpo de Deus, saudou os trabalhadores pela sua luta contra as políticas do Governo, que criticou pelo seu insucesso relativamente às metas traçadas. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cecília Honório](#) (BE) e [Luís Menezes](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) lembrou o não cumprimento das metas traçadas pelo Governo e condenou as políticas de austeridade em Portugal e na Europa, que conduzem ao empobrecimento. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Zorrinho](#) (PS) e [Bernardino Soares](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Conceição Bessa Ruão](#) (PSD) sublinhou a importância da política de medicamento como eixo estratégico da política de saúde

deste Governo. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Luísa Salgueiro](#) (PS), [Helena Pinto](#) (BE), [Carla Cruz](#) (PCP) e [Isabel Galriça Neto](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Freitas](#) (PS), face ao acórdão do Tribunal Constitucional que declarou inconstitucionais algumas normas do estatuto das entidades intermunicipais e do regime jurídico da transferência de competências do Estado para essas entidades, acusou o Governo de não ser capaz de fazer a reforma da administração local num quadro de legalidade constitucional, nem de reunir o consenso mínimo em torno desta reforma. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Sá](#) (PCP), [António Prôa](#) (PSD), [Helena Pinto](#) (BE) e [Altino Bessa](#) (CDS-PP).

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 76.º do Regimento, o Deputado [Acácio Pinto](#) (PS) enalteceu a vida e a obra de Aquilo Ribeiro, passados que são 50 anos sobre a sua morte.

Foi discutido o projeto de resolução n.º 661/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público (BE), tendo intervindo os Deputados [Helena Pinto](#) (BE), [Mota Andrade](#) (PS), [Ângela Guerra](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP) e [Margarida Neto](#) (CDS-PP).

Foram também discutidos em conjunto os projetos de resolução n.ºs 477/XII (2.ª) — Recomenda a criação de condições para que os portugueses com uma formação

académica ou profissional especializada não tenham de emigrar e para que possam regressar aqueles que abandonaram o País (PS) e 736/XII (2.ª) — Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre emigração (PCP). Fizeram intervenções os Deputados [Paulo Pisco](#) (PS), [João Ramos](#) (PCP), [Hugo Lopes Soares](#) (PSD), [Inês Teotónio Pereira](#) (CDS-PP), [Carlos Alberto Gonçalves](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

A Câmara discutiu em conjunto a petição n.º 179/XII (2.ª) — Apresentada por [Cristina Maria Ramalho Balonas dos Santos](#) e outros, solicitando à Assembleia da República intervenção no sentido de assegurar a continuação da prestação de cuidados oncológicos pelo Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, e os projetos de resolução n.ºs 731/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a continuidade do Serviço de Oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo (PCP), 733/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de uma plataforma de complementaridade entre os hospitais do Barreiro, Almada e Setúbal para a área da oncologia (BE) e 743/XII (2.ª) — Reclama do Governo medidas que gerem a eficácia do Serviço de Oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo (Os Verdes). Intervieram os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Aiveca](#) (BE), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Bruno Vitorino](#) (PSD), [João Serpa Oliva](#) (CDS-PP) e [Maria Antónia Almeida Santos](#) (PS).

O Presidente ([Ferreiro Rodrigues](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 39 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias.

Antes de darmos início à ordem do dia, peço ao Sr. Secretário, Deputado Paulo Batista Santos, o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Paulo Batista Santos): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projeto de deliberação n.º 13/XII (2.^a) — Procede à terceira alteração à Deliberação n.º 1-PL/2012, aprovada em 20 de janeiro de 2012 (Fixa a composição, distribuição e elenco dos grupos parlamentares de amizade na XII Legislatura) (Presidente da AR); e projeto de resolução n.º 746/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo a abertura urgente do Centro de Reabilitação do Norte, pronto desde o verão de 2012 (PS), que baixa à 9.^a Comissão.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos entrar na ordem do dia, que consiste, em primeiro lugar, em declarações políticas, seguindo-se a discussão de um projeto de resolução sobre inspeções às autarquias; teremos, depois, um debate conjunto de dois projetos de resolução sobre temas de emigração, e, por último, apreciaremos uma petição relativa ao Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, à qual são ligados três projetos de resolução, que, assim, serão debatidos em conjunto com essa petição.

Srs. Deputados, vamos, então, entrar no período destinado a declarações políticas.

Estão já inscritos os Srs. Deputados Artur Rêgo, do CDS-PP, António Filipe, do PCP, Pedro Filipe Soares, do BE, Conceição Bessa Ruão, do PSD, e Miguel Freitas, do PS.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Rêgo.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS realizou, no passado dia 28, as suas II Jornadas dedicadas à economia social e ao setor social da economia.

Nelas estiveram presentes mais de duas centenas de entidades e pessoas ligadas a esse setor, vindas de todo o País.

Com dois painéis, um dedicado um ao empreendedorismo social e outro dedicado ao voluntariado, com um naipe de excelentes oradores que souberam, com clareza, lançar os temas para um debate aberto, franco e construtivo, neles se falou da realidade existente no País, de novas e modernas formas de empreendedorismo, discutindo-se novas visões para este sector e para o voluntariado.

Foram, de facto, jornadas enriquecedoras e que nos permitiram perspetivar o que será, deverá ser, o futuro deste setor e a importância fulcral do mesmo para o futuro do País, pois, como muito bem frisou o Sr. Ministro da Segurança Social, a economia social estimula valores, para nós essenciais, como os da envolvimento coletiva, da subsidiariedade e solidariedade, dinamizando também a economia, sobretudo a local, e gerando emprego, garantindo rendimento a milhares e milhares de famílias portuguesas.

Aliás, os números comprovam-no, pois, segundo os últimos dados do INE, existem, em Portugal, 55 000 entidades ligadas a este setor, que cobrem todo o território nacional e cuja atividade representa 2,8% do valor bruto acrescentado da nossa economia, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado, como foi muito bem salientado, na sua intervenção, pelo presidente da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), Dr. Eduardo Graça.

As empresas de economia social, pela sua natureza, pois nascem das necessidades das comunidades locais, têm uma ligação umbilical ao território, pois é nele e na comunidade lá existente que têm a sua origem e razão de ser, não se deslocalizando, aí criando emprego e riqueza, contribuindo para uma melhor e mais horizontal distribuição dessa riqueza, e contribuindo também de forma relevante para o combate à desertificação de vastas parcelas do território nacional.

Fala-se constantemente em tornar o Estado mais eficaz, em modernizá-lo e melhorá-lo, em torná-lo mais ágil nas respostas às necessidades dos portugueses. Fala-se também, por outro lado, na necessidade de preservar aquela que foi a grande conquista, uma das maiores conquistas da Europa moderna, o Estado social, e diz-se muitas vezes que uma coisa não é compatível com a outra. Mas o sector da economia social é

a prova viva de que são compatíveis e, mais do que isso, de que essa é uma combinação desejável, profícua e vantajosa.

Aplausos do CDS-PP.

Nesse sentido, por exemplo, as parcerias estabelecidas entre o Estado, este Governo, e as entidades do setor social permitiram dar respostas mais rápidas, mais focadas, mais atentas às realidades e necessidades locais do que se tivesse sido o Estado a tentar dá-las diretamente. E, para isso, o Estado precisou unicamente de olhar para as entidades sociais, de ver a sua real importância, e de lhes dar aquilo que lhes tinha sido retirado por via do Memorando de Entendimento — a devolução do IRC e o perdão de 50% do IVA em obras de investimento — para lhes dar viabilidade para realizarem a sua obra.

E tudo com menos custos para os contribuintes, com uma utilização mais racional de meios e recursos.

Foi fundamental a aposta que este Governo fez no setor da economia social, como fundamental é e será a Lei de Bases da Economia Social, aprovada por unanimidades neste Parlamento e que irá brevemente entrar em vigor.

Assente nela, poderá, e deverá, finalmente rever-se toda a legislação deste setor, modernizando-a e ajustando-a aos novos desafios do presente, nomeadamente em duas áreas fundamentais que têm estado adormecidas, o cooperativismo e o mutualismo, essenciais para construir um País baseado em mais firmes e renovados alicerces, em que se crie riqueza e crescimento, mas, através deste setor e das suas entidades, se garanta que esse crescimento é sustentado, assente na comunidade e nas suas necessidades, e que a riqueza criada é melhor e mais horizontalmente distribuída, assim criando uma sociedade mais equilibrada e mais justa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Do setor financeiro ao setor da habitação, da educação à saúde, em todos os sectores é possível e desejável ter entidades da economia social, que servirão de âncora de estabilidade para um crescimento sustentado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Esse é o caminho, essa é a parte essencial de uma verdadeira reforma do Estado e da sociedade portuguesa e, para isso, convocamos todos os partidos com assento neste Parlamento.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Finalmente, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não queria terminar esta intervenção sem agradecer, em meu nome pessoal, do líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP e de todo o Grupo Parlamentar do CDS-PP, a todos os trabalhadores desta Casa que, com o seu esforço, boa vontade e empenho, contribuíram para que estas jornadas de economia social tivessem tido o êxito que, publica e unanimemente, lhes foi reconhecido.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Nuno Sá, do PS, e Maria das Mercês Soares, do PSD.

Já temos informação de que o Sr. Deputado pretende responder separadamente a cada um dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Sá.

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Artur Rêgo, quero saudar o Grupo Parlamentar do CDS-PP não só pela realização dos seus trabalhos no domínio do empreendedorismo social, como aqui foi

chamado, mas também porque traz a este Plenário um bom tema. É que o empreendedorismo social é uma área que merece apoio (sempre o mereceu por parte do Partido Socialista) e, sobretudo em tempos de uma crise económica e social sem precedentes, merece todo o reforço e todo o apoio, desde logo, político.

O Sr. Deputado falou aqui em preservar o Estado social. Mas lamento dizer-lhe, com toda a franqueza, que aquilo a que temos assistido por parte do Governo que o Sr. Deputado apoia é a sucessivos ataques e machadadas precisamente no Estado social.

Está em curso — está precisamente a decorrer nos gabinetes fechados do Governo — a maior investida de sempre contra o Estado social, com cortes astronómicos precisamente na saúde e na segurança social.

Portanto, as declarações de boas intenções não colam com a prática do seu Governo, um Governo que o Sr. Deputado apoia e onde o Ministro que detém a pasta fundamental nesta área até é do seu partido.

Assim, sou levado a concluir que, na expressão «empreendedorismo social» de que o Sr. Deputado fala, faltam-lhe algumas palavras no meio, pois o que conhecemos da parte do Governo não é empreendedorismo social, mas, sim, «empreendedorismo para a comunicação social». É que o que temos assistido nesta área é a sucessivos e repetidos anúncios requeentados de medidas que não passam de medidas para alimentar as páginas dos jornais, os noticiários televisivos, as aberturas radiofónicas, mas que não têm qualquer tradução prática, Sr. Deputado. Algumas das intenções até são boas, mas não se concretizam.

Vou dar-lhe exemplos. Era bom que aqui se fizesse um balanço concreto dos resultados que foram efetivamente conseguidos com o tão anunciado Programa de Emergência Social (PES). Sr. Deputado, VV. Ex.^{as}, sabendo que esse programa não deu resultados, até o apagaram do boletim de execução mensal do Instituto da Segurança Social. De facto, desde Outubro do ano passado, houve um apagão e o PES, pura e simplesmente, deixou de existir para efeitos de controlo, desde logo, político, o que é lamentável. Mas é a confissão de que não existe, de que serviu apenas para alimentar parangonas de jornais.

Queria também perguntar-lhe — este tema permite-mo — acerca dos resultados no mercado de arrendamento social. Não há resultados, Sr. Deputado!

Queria ainda perguntar-lhe sobre o endividamento para o qual têm empurrado as instituições particulares de solidariedade social. O empreendedorismo social faz-se com crédito, com apoio, mas o Governo tem-se limitado a empurrar as instituições particulares de solidariedade social para as mãos da banca privada, tem-se comportado como um mero intermediário, e nem sequer tem sido um bom intermediário, porque as taxas de juro para as quais empurram as instituições particulares de solidariedade social junto da banca nem sequer são nada de especial.

Portanto, «lavam as mãos», empurram essas instituições para o endividamento, quando as mesmas já têm dificuldades, e não se comportam como um parceiro solidário que quer ajudar e apoiar o empreendedorismo social.

E mais, Sr. Deputado, foi o próprio Sr. Secretário de Estado Marco António Costa que, em Fátima, em março, confessou que não tinha dinheiro para pagar às instituições particulares de solidariedade social e que, portanto, não iria assumir os acordos de pagamento que tinha feito.

Termino, Sr. Deputado, com o seguinte: não falando sequer do pagamento das obrigações que assumiram e não concretizaram, os senhores também paralisaram programas importantes, esses sim, como o Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais). Portanto, o que aqui veio fazer foi mais um «número» de «empreendedorismo para a comunicação social».

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Artur Rêgo, a Mesa distraiu-se com o tempo do Sr. Deputado Nuno Sá. Tem a palavra para responder, Sr. Deputado.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, é difícil responder a uma pergunta com quase a duração da minha intervenção.

Risos.

Sr. Deputado Nuno Sá, começo por agradecer-lhe as palavras que dirigiu ao Grupo Parlamentar do CDS relativamente às jornadas que organizámos sobre economia social. E foram palavras bem dirigidas, Sr. Deputado, porque as jornadas foram um sucesso.

Sr. Deputado, nessas jornadas estiveram presentes perto de 300 entidades e representantes de entidades de todo o País, de todos os sectores da economia social, de todos os quadrantes ideológicos. Não foram umas jornadas confinadas, foram umas jornadas abertas à sociedade.

Delas resultou, e começo a responder a parte do que o Sr. Deputado disse quanto ao empreendedorismo e ao fomento do empreendedorismo, que as entidades presentes anunciaram com muito orgulho que, nestes últimos dois anos, Portugal conquistou um lugar pioneiro, não na Europa mas no Mundo, em novos projetos de empreendedorismo.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Neste momento, temos mais de 6000 projetos de empreendedorismo candidatos a melhores projetos internacionais nas suas respetivas áreas. Somos o único país no Mundo com esta atividade no sector do empreendedorismo. Isto, apoiado pelo Governo.

Sr. Deputado, outra coisa que resultou destas jornadas, e isto vindo de todos os quadrantes tanto políticos como económicos e dentro do que é a atividade da economia social, foi que as pessoas nos pediram, e agradeceram a este Governo, que o Estado fosse mais colaborante, mais apoiante e menos interventivo.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Apoiante da atividade deles, colaborante com a atividade deles e menos interventivo, uma vez que isso funciona como uma força de entropia que só os impede de concretizar os seus objetivos dentro do tempo e do prazo razoável que os mesmos muitas vezes requerem.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — É esse o papel que este Governo tem procurado ter nas parcerias em que apoia o empreendedorismo, mas deixa às empresas desse sector o papel primordial na dinamização da atividade. O Estado tem um papel secundário e subsidiário, não tem o papel de ator principal, porque isso causa entropias.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Os resultados estão à vista. Como o Sr. Deputado sabe, todos os indicadores públicos dizem que 1 € investido por uma empresa da área social poupa 2 € ao Estado, como se fosse o Estado a investir diretamente. Isto é um facto!

Quanto à questão das dívidas, Sr. Deputado, não queria ir por aí, mas o Sr. Deputado não se esqueça que, quando este Governo tomou posse, o Estado era devedor ao sector da economia social de muitos milhões de euros.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Foram mais de 6 milhões de euros de dívidas que, dada a pequena dimensão de grande parte das entidades de economia social, estavam a causar sérios problemas de rutura financeira e a levá-las a encerrar as portas, com todos os prejuízos daí resultantes para milhares de pessoas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — A primeira preocupação deste Governo foi liquidar essas dívidas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — A segunda preocupação deste Governo foi criar duas linhas de crédito, uma de apoio direto e outra de financiamento ao investimento para essas entidades, linhas de crédito bonificadas e beneficiadas que lhes permitissem ter solvabilidade financeira.

E não se esqueça, Sr. Deputado, que este Governo conseguiu, com firmeza e com convicção, alterar duas coisas essenciais que estavam no Memorando de Entendimento: a taxação das empresas em IVA, conseguindo a devolução de 50% do IVA,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — ... e a isenção das empresas em IRC, conseguindo a devolução ou o não pagamento de IRC por empresas do sector. Só isso significou para o sector perto de 200 milhões de euros que lá ficaram para serem investidos na sua atividade social.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Para terminar, Sr. Deputado, queria dizer que não nos esquecemos, e foi para nós um marco fundamental, da aprovação da lei de bases da economia social e não nos esquecemos do facto de que ela ter sido aprovada por unanimidade. Mas que este não seja um ato isolado. A lei de bases da economia social é um marco, porque é o fundamento sobre o qual todos temos, em conjunto, de construir um novo paradigma (é uma expressão gasta, mas é uma expressão que é bem utilizada aqui) para todo este sector.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Irei terminar, Sr.^a Presidente.

Referi duas áreas especiais, que são fundamentais, o cooperativismo e o mutualismo.

Para terminar, coloco apenas esta questão: se ao longo dos anos tivéssemos investido, por exemplo, no mutualismo, na área financeira, não estariam dezenas ou centenas de milhares de famílias portuguesas que estão endividadas à banca em muito melhor situação neste momento?

É esta a questão que deixo para reflexão e foi por isso que convoquei todos os partidos. Como estiveram na unanimidade de aprovação da lei de bases têm de estar também, porque é uma consequência imediata disso, sentados à mesa para negociar a alteração legislativa de todas as áreas deste sector económico.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — A próxima oradora inscrita é a Sr.^a Deputada Maria das Mercês Soares.

Uma vez que temos uma tarde de declarações políticas, peço aos Srs. Deputados para respeitarem mais os tempos. Tive agora de garantir uma equidade, que, aliás, em bom rigor, deve ser extensiva à Sr.^a Deputada, pelo que, repito, peço-lhes que respeitem o mais possível o tempo.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria das Mercês Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, tentarei cumprir o estipulado regimentalmente.

Sr.^a Presidente, permita-me que as minhas palavras se dirijam ao Sr. Deputado Artur Rêgo e que agradeça a intervenção e o tema que trouxe a debate a este Plenário.

Não é um tema, *a priori*, fraturante, talvez por isso esta Câmara não se exalte nem aclame, porque realmente aclamam e exaltam temas fraturantes, mas é um tema que emana da vontade e do querer dos homens e mulheres deste País que todos os dias constroem a boa vontade, com a sua dádiva em valores, em generosidade, àqueles que mais precisam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Maria das Mercês Soares** (PSD): — É isto que nos deve mobilizar enquanto parlamentares, não procurando dividir mas encontrar pontos que, num momento tão difícil para o nosso País, possam unir e, acima de tudo, possam ajudar quem, num momento de aflição, mais precisa.

As entidades da economia social são isso mesmo, Sr. Deputado. Entidades que vêm da vontade, do querer dos homens e das mulheres que, no seu bairro, na sua freguesia, no seu concelho, desenvolvem iniciativas de ajuda, de interajuda, de promoção, de desenvolvimento.

Por isso, saúdo o CDS e o seu grupo parlamentar pela realização das II Jornadas dedicadas à economia social, pela importância e relevância do tema e pela representatividade das pessoas que estavam naquela sala, que são, ao fim e ao cabo, independentemente da sua vontade e do seu quadrante ideológico, homens e mulheres que apoiam os outros. É isso que a economia social é.

A lei de bases da economia social, para a qual todos os grupos parlamentares contribuíram — tendo-se conseguido dar o exemplo de que quando se quer é possível encontrar pontos de convergência —, é um instrumento que pode ajudar, no nosso País, a respeitar as instituições da economia social, sejam IPSS, cooperativas ou mutualidades, instituições que podem e devem ser respeitadas como parceiras, deixando-as «respirar».

É neste sentido, porque me comprometi a respeitar o tempo e já o ultrapassei, que lhe coloco a questão seguinte. Sr. Deputado, como entende que este instrumento, que esta Câmara aprovou por unanimidade, pode e deve ser colocado ao dispor das famílias, das instituições, das comunidades locais, para ser um polo de desenvolvimento desse empreendedorismo social, multiplicando o que há de pouco, os escassos recursos, para que possam ajudar quem mais precisa?

Oxalá não houvesse necessidade de ajudar, porque assim levariam a cabo essa atividade noutros sectores mais inovadores, mais dinâmicos e gerariam muitos postos de trabalho.

Muito obrigada pela iniciativa, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Rêgo.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Mercês Soares, agradeço a sua intervenção, agradeço a sua pergunta e os cumprimentos que endereçou a esta bancada. Sei que é uma pessoa há muito dedicada a esta área da economia social e do empreendedorismo social e sei a especial sensibilidade que tem por este tema. Também por isso agradeço as suas palavras.

A Sr.^a Deputada pergunta, e muito bem, como é que vamos pôr esta lei de bases ao serviço das pessoas, porque foi para isso que ela foi criada. Por isso, tive o cuidado de dizer, na intervenção anterior, que não nos vangloriamos, com uma grande medalha, por termos aprovado uma lei de bases da economia social, por unanimidade, para que isso fique como uma glória em si e que aí termine. É para este alerta que as nossas Jornadas, a minha declaração política e a pergunta muito pertinente que a Sr.^a Deputada agora colocou nos convocam neste momento. Para que não nos fiquemos por aí.

A lei de bases vai entrar agora em vigor. A partir do momento em que entra em vigor, é nossa obrigação, de todos nós — não é do Grupo Parlamentar do CDS, não é o do PSD, não é do Partido Socialista, do Partido Comunista ou do Bloco de Esquerda, é de todos nós —, arrancarmos imediatamente com iniciativas para mudar e modernizar todo um sector que estava à espera, há anos, desta lei de bases «como de pão para a boca». É um sector fundamental.

A Sr.^a Deputada falou, por exemplo, nas comunidades locais. E eu acrescentaria mais, algo que ficou claro nas nossas Jornadas. O sector da economia social, as empresas de economia social, o empreendedorismo não é para serem sem lucro, ao contrário do que muita gente diz. Tem de haver lucro na economia social, mas é um lucro dirigido ao fim social da empresa, para ser reinvestido nesse fim social, para ser reinvestido nas pessoas e na comunidade.

Portanto, Sr.^a Deputada, temos agora a base e o fundamento para podermos modernizar e atualizar, por exemplo, o código cooperativo; recriar e redinamizar as cooperativas de habitação, que permitam às tais comunidades locais de que a Sr.^a Deputada falou juntarem-se para construir a sua própria casa, sem terem de

se endividar junto da banca; permitir recriar, com fins sociais e com verdadeiro fundamento, as cooperativas de educação; permitir, no sector mutualista, reabri-lo ao sector financeiro.

É curioso observar que, no meio do cataclismo que aconteceu nos últimos anos no sector financeiro, no meio das dificuldades que todos os bancos atravessaram e do estado em que nós, portugueses, e o Estado ficámos, tal como a Europa e os EUA, pela assistência financeira que se teve de dar a estes sectores, assistência essa que saiu dos nossos impostos, no exemplo português, quantos milhões teve o Estado português de desembolsar dos nossos impostos para o sector financeiro mutualista, para as caixas de crédito agrícola, para o Montepio? Quantos milhões foram? Que eu saiba, zero! Ora, isto prova que podem desempenhar o seu papel com rigor, com consciência social e com bom senso e fazer o que referi na minha intervenção, que é uma boa gestão dos fundos e uma redistribuição mais horizontal da riqueza neste País.

É isso que pretendemos e tem de ser esse o pilar de refundação do nosso País.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Hoje, dia 30 de maio de 2013, é o primeiro feriado roubado aos trabalhadores.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É o primeiro dia em que todos os que têm trabalho, trabalham sem receber.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É o dia do trabalho de borla, o dia da exploração dos trabalhadores.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Saudamos por isso todos os trabalhadores e muito especialmente os trabalhadores que hoje lutam pelos seus direitos, contra as injustiças e iniquidades que este Governo lhes impõe.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É a luta dos trabalhadores e das populações em geral que nos dá a confiança de acreditar que, no próximo ano, livres deste Governo, os trabalhadores portugueses possam voltar a ter os feriados de que foram injustificadamente privados.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, ao mesmo tempo que os portugueses são confrontados com a tragédia económica e social que se abate sobre o nosso País, o Sr. Ministro das Finanças, indiferente à realidade que nos cerca mas de que permanece alheado, persiste no seu discurso cansado e cansativo do ajustamento necessário, do bom caminho e dos sucessos da sua política, visando obter a confiança dos mercados e dos parceiros europeus que lucram com a nossa desgraça.

Com a arrogância própria de quem, para usar as suas próprias palavras, «não foi eleito coisa nenhuma», e sobrevive politicamente à custa da confiança absoluta que o Primeiro-Ministro e o Presidente da República lhe garantem, o Sr. Ministro das Finanças acha que não tem explicações a dar ao povo português e não hesita em lançar o País na miséria para servir os desígnios ditados pela troica.

Em vez de um Governo preocupado com a defesa dos interesses nacionais e com o bem-estar dos portugueses, como era suposto e foi solenemente prometido, o País está a ser governado por um

comissariado da troica que, em nome de supostas inevitabilidades e de compromissos internacionais ilegítimos, se assume, em Portugal, como mandatário de especuladores sem rosto que prosperam à custa do empobrecimento, da miséria e da humilhação nacional.

A tragédia para que o Governo está a conduzir o País torna-se cada dia mais evidente.

As previsões ontem divulgadas pela OCDE não poderiam ser mais catastróficas e desmentem todas as previsões do Governo de que 2014 seria finalmente o ano da recuperação, como, aliás, nos discursos do Governo, já deveriam ter sido 2012 e 2013.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Para 2014, prevê a OCDE uma recessão de 2,7%, um desemprego da ordem dos 18,6%, um défice de 5,6% do PIB e uma dívida pública no máximo histórico de 132,1% do PIB. O que isto significa muito claramente é que, a persistir nesta política, não haverá, nem crescimento económico, nem redução do desemprego, nem redução do défice, nem redução da dívida. Mas, entretanto, haverá mais austeridade, mais cortes, mais ataques às funções sociais do Estado, aos trabalhadores e aos reformados.

O ataque que este Governo tem vindo a desencadear contra os funcionários públicos assume foros de escândalo e de vergonha nacional. Os trabalhadores da função pública viram os seus salários cortados de forma arbitrária e viram confiscados os seus subsídios de férias e de Natal, supostamente porque, ao contrário dos demais trabalhadores, não podiam ser despedidos. Os mesmos trabalhadores sobre quem impende agora a ameaça de despedimentos, em cima de um aumento arbitrário do tempo de trabalho. A forma como este Governo tem tratado os trabalhadores que asseguram os serviços públicos essenciais para o funcionamento do País é inqualificável e indigna de um País civilizado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os dados ontem revelados pelo Banco Alimentar Contra a Fome, acerca das situações de carência alimentar que afetam centenas de milhares dos nossos concidadãos, são arrepiantes e reveladores de uma situação social e humanamente insustentável.

A demissão deste Governo e a convocação de eleições que permitam ao povo português renovar a esperança e alterar o rumo político que tem vindo a ser seguido é hoje um imperativo, uma urgência nacional e uma forma de repor o regular funcionamento das instituições democráticas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Na verdade, o Governo convive muito mal com as instituições democráticas. Em dois anos consecutivos, aprovou orçamentos do Estado declarados inconstitucionais. Ainda ontem, a joia da coroa da tão endeusada reforma do poder local do ex-Ministro Relvas foi declarada inconstitucional «sem apelo nem agravo». Submetida ao juízo de constitucionalidade, não ficou pedra sobre pedra de um diploma estruturante da ofensiva do Governo contra o poder local democrático. Da reforma de Miguel Relvas, fica a extinção de mais de mil freguesias, sem honra, nem glória, nem proveito, abrindo uma trapalhada cujas consequências ainda estão longe de chegar ao fim.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E do seu sucessor, apresentado por méritos académicos de que não duvidamos, ficam apenas uns discursos patéticos sobre «o consenso» não se sabe em torno de quê e a persistência nas críticas ao Tribunal Constitucional impróprias de um Membro do Governo. Falta alguém que diga ao Sr. Ministro Poiares Maduro que uma coisa é um académico criticar um qualquer tribunal de um qualquer país, outra coisa bem diferente é um Ministro atacar o Tribunal Constitucional do seu próprio País.

Aplausos do PCP.

Este Governo tem o País inteiro contra si. Não são apenas os partidos da oposição. São os reformados, feridos na sua dignidade e nas suas condições de sobrevivência; são os desempregados a quem é negada a esperança no futuro; são os trabalhadores, tanto da função pública como do sector privado; são pessoas de todos os quadrantes políticos, incluindo personalidades que, no passado, até mesmo no passado recente, se destacaram no apoio aos partidos do Governo, e que, com toda a razão, vituperam as opções e as políticas deste Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — São todos os portugueses que desejam viver num País decente, onde haja respeito pela dignidade do ser humano e que acham que cada dia a mais deste Governo é um dia a menos para o País.

Escrevia há dias o Prof. João Caupers, que cito com a devida vénia, que «o que está em risco é a nossa sobrevivência. É verdade que somos tradicionalmente pacientes e complacentes. Dizemos mal da nossa vida, queixamo-nos no café, mas conformamo-nos.». Continuo a citar: «Mas já perdemos a cabeça algumas vezes ao longo da nossa história. E o que fizemos? Bom, num certo momento, atirámos um tal Miguel de Vasconcelos pela janela.». Não se assustem, Srs. Deputados, nós não queremos lançar ninguém pela janela, queremos, isso sim, que o Governo saia pela porta e que, democraticamente, o povo tenha a palavra sobre o seu destino.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Filipe, cumprimento-o pela sua declaração e pelo dado que aqui trouxe, que é bom recordar: hoje é o primeiro feriado roubado aos trabalhadores e esta política de saque faz parte de uma estratégia de ataque aos salários, ao trabalho e aos direitos do trabalho, que este Governo tem seguido com inaudita violência.

Fez bem o Sr. Deputado em referir a estratégia programada de destruição do Estado social, cujos dados, aliás, o Governo já fez o favor de entregar à troica mas que ninguém explica — continuamos a desconhecer qual é o guião, o programa concreto de destruição do Estado social. Sabemos que este programa, este guião oculto se vai alimentando de um ódio que foi sendo criado pela maioria contra os funcionários públicos e o Sr. Deputado tem toda a razão: é uma vergonha a forma como se tem tratado os servidores do Estado. É o ódio ao funcionário público e aos pensionistas e é de ódio em ódio que esta direita, rançosa,...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

... vai criando as condições para este programa de destruição do Estado social.

É verdade também, Sr. Deputado, que há hoje numa larguíssima maioria da população portuguesa que já se pronunciou contra o Memorando: 80% dos portugueses dizem que o Memorando não pode continuar e rejeitam as políticas de austeridade. É por isso que quero questioná-lo sobre as responsabilidades que se colocam à esquerda.

É tempo de uma alternativa responsável, de uma alternativa que crie a resposta política, que, nascendo de uma maioria social, deste povo que se opõe ao Memorando e à austeridade, seja a resposta política contra a austeridade e seja a criação de uma alternativa de um País que só desta forma se pode devolver a si próprio e recuperar o seu destino.

É verdade que todas as lutas que temos pela frente, desde a próxima manifestação, no dia 1 de junho, até às greves programadas, a todas as jornadas de luta, todos estes momentos de luta contam muito para a criação desta grande responsabilidade social, para a criação de uma alternativa política que seja a rejeição da austeridade e de todos estes preconceitos da direita, que são preconceitos contra a democracia, contra as conquistas de Abril, contra a civilização.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, entretanto, o PSD pediu para inscrever um Deputado e o PCP deu assentimento. Presumo que os outros grupos não objetarão.

Já tenho a informação de que o Sr. Deputado António Filipe responderá aos pedidos de esclarecimento um a um.

Sendo assim, dou a palavra, para responder, ao Sr. Deputado António Filipe e, depois, ao Sr. Deputado Luís Menezes.

Faça favor, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Cecília Honório, agradeço a sua pergunta, que referiu dois aspetos que creio que importa salientar neste momento.

Um deles consiste em assinalar o facto de hoje ser o primeiro feriado que, de facto, foi roubado aos trabalhadores portugueses, o que significa que é um dia de trabalho não pago.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, hoje, todos aqueles que têm trabalho, todos aqueles que estão a trabalhar, estão a fazê-lo gratuitamente, sem que este dia de trabalho implique qualquer acréscimo no seu salário.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É sempre importante assinalá-lo, tendo nós a convicção de que será possível que, no próximo ano, este feriado, tal como todos os outros feriados que foram roubados aos trabalhadores portugueses, possam ser repostos, como é justo e digno.

A Sr.^a Deputada chamou a atenção para outra questão importantíssima nos dias de hoje, que é o ataque inqualificável contra os funcionários públicos, como se os funcionários públicos fossem os culpados pelos males do País, como se os funcionários públicos não fossem mais do que uma despesa do Estado, como se não fossem as pessoas que asseguram os serviços públicos essenciais, de que a sociedade precisa para funcionar. Ou seja, como se os médicos só servissem para se curar a si próprios e não curassem o conjunto de pessoas que adoecem, como se os polícias se guardassem a si próprios e não velassem pela segurança de todos os outros cidadãos, como se os funcionários públicos funcionassem só em benefício próprio e não fossem, de facto, eles que asseguram serviços fundamentais!

Como é que o Governo trata os funcionários públicos? Cortando-lhes salários, dizendo que eles estão em vantagem sobre os outros trabalhadores, que não podem ser despedidos — agora já podem! —, cortando-lhes os subsídios de férias e de Natal, porque é mais fácil chegar aos funcionários públicos, na esperança de conseguir virar os outros trabalhadores contra os funcionários públicos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, trata-se de dividir os portugueses, dividir para reinar, ou seja, colocar portugueses contra portugueses para que o Governo possa levar por diante a sua política. Mas, tal como em outros aspetos, esta política, está condenada ao fracasso, porque hoje os portugueses já perceberam que esta ofensiva é contra todos eles, é contra todos os que trabalham, é contra todos aqueles, do setor público ou do privado, que, ao fim de uma vida de trabalho, se veem agora esbulhados de grande parte das suas reformas, que se veem com grandes dificuldades para poder levar uma vida minimamente digna, o que, aliás, é atestado pelas situações dramáticas de fome no nosso País com que todos estamos a ser confrontados e que são uma verdadeira vergonha nacional.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Menezes.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD):— Sr.^a Presidente, pedi para interpelar o Deputado António Filipe, não no seguimento da sua intervenção, coisa que farei, no entanto, mas no seguimento de mais uma declaração em jeito de impropério vinda da bancada do Bloco de Esquerda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD):— Ponderámos se pedíamos ou não a defesa da honra e a razão por que não o fizemos foi que não fere a nossa honra quem quer mas quem pode e dessa bancada já não há nenhum tipo de defesa da honra que venhamos a admitir.

A Sr.^a Deputada anda muito exaltada ultimamente. Ouvi agora o Deputado António Filipe falar de uma série de coisas que mostram visões diferentes relativamente a esta matéria, mas fê-lo de uma forma digna, fê-lo com educação. Ora, a Sr.^a Deputada Cecília Honório tem começado a habituar este Parlamento a uma falta de educação que esta Casa não merece.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, maioria rançosa?! Acha que é isso que as pessoas que a elegeram, ou que nos elegeram a todos, querem ouvir neste Parlamento?! Critique, faça propostas diferentes, diga que somos os piores do mundo, mas daqui nunca vai ouvir o tipo de impropérios que acabou de proferir, porque não é esse o tipo de educação nem de democracia que esta bancada vai oferecer a este Parlamento. Não é! Não é!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado António Filipe, porque a sua intervenção, independente das enormes divergências e da dura crítica que fez ao Governo e a esta maioria,...

Vozes do PCP: — Justa!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD):— Justa aos vossos olhos, não aos nossos!

Mas, dizia eu, a sua intervenção merece, de facto, que lhe façamos uma pergunta. No entanto, não posso deixar de salientar o início da sua intervenção, quando arranca a defender um feriado católico.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Nós respeitamos os católicos, vocês é que não!

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Gostava, pois, de salientar esta pequena contradição ideológica na sua intervenção.

Protestos do PCP.

No entanto, queria também lembrar que este regime para os feriados religiosos que foi aprovado é um regime transitório e será revisto em devido tempo.

Mas o que lhe pergunto, Sr. Deputado António Filipe, concretamente, sabendo eu parte da resposta, é o seguinte: percebo esta dificuldade do PCP em aceitar as políticas desta maioria, maioria esta que foi sufragada, maioria esta que tem uma legitimidade democrática, mas que alternativas é que o PCP apresenta ao País, concretamente?

Esta é uma pergunta concreta e, por isso, peço-lhe uma resposta concreta por parte do Sr. Deputado António Filipe.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Menezes, até determinado momento, receei que o PSD não se inscrevesse para fazer perguntas e preparava-me para dizer: «Bom, está aqui a demonstração de que, afinal, eu tinha razão quando disse que já ninguém defende este Governo, nem a bancada do PSD». Quando vi que o Sr. Deputado se tinha inscrito, pensei: «bom, afinal, não era exatamente assim; afinal, vem alguém da bancada do PSD em defesa deste Governo.»

Mas, depois, pela sua intervenção, vi que, afinal, não foi assim tanto, o Sr. Deputado, afinal, não defendeu assim tanto o Governo, pois passou ao lado das críticas feitas à atuação governativa, da declaração de inconstitucionalidade, da grande reforma do poder local e dos números da economia portuguesa.

De facto, o Sr. Deputado passou ao lado de tudo isso, mas fez duas perguntas, que agradeço, e a primeira tem a ver com o facto de o Sr. Deputado estranhar o PCP ter defendido a manutenção de um feriado religioso.

O Sr. Deputado conhece-nos muito mal,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... porque, se nos conhecesse, saberia que nós, independentemente das crenças religiosas de cada cidadão português ou de cada comunista, defendemos intransigentemente a liberdade religiosa.

Aplausos de Deputados do PCP.

Nunca pusemos em causa as convicções religiosas de cada um e, mais, que haja feriados religiosos reconhecidos pelo Estado português. Nunca pusemos isso em causa!

Agora, quando este Governo decide abolir um feriado religioso, Sr. Deputado, não me leve a mal que lhe diga que, para este Governo, até parece que já nada é sagrado!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado perguntou-me pela alternativa. Sabe, Sr. Deputado, quando os senhores dizem que não querem eleições porque não há alternativa, acho que é exatamente ao contrário, ou seja, os senhores não querem eleições porque sabem que há alternativa,...

Aplausos do PCP.

... sabem que o povo português tem nas suas mãos decidir sobre essa alternativa.

Temos discutido aqui, muitas vezes, as propostas apresentadas pelo PCP relativamente à atual situação política, económica e social — e, obviamente, não tenho tempo para desenvolver essa matéria, embora não queira fugir a ela —, mas, para nós, há uma questão que é fundamental, e com isto termino: é que sem que seja renegociada a dívida que asfixia, que estrangula a economia portuguesa, não vamos rigorosamente a lado nenhum.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ou, melhor, vamos por este caminho trágico para o qual o Governo, infelizmente, está a lançar o País.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos prestes a fazer dois anos de Governo da maioria PSD/CDS e longe vão os tempos em que o CDS se anunciou ao País dizendo: «Este é o momento». Era este o título do programa eleitoral do CDS, já depois de ter assinado o Memorando da troica, que agora, parecem odiar. Era este, repito, o título do programa do CDS: «Este é o momento».

O PSD, mais comedido nas palavras, não escondeu, no entanto, o regozijo após a negociação em que também esteve com a troica. Dizia-nos o seu responsável nesta negociação, na altura, Eduardo Catroga, o seguinte: «A negociação foi essencialmente influenciada pelo PSD.» Regozijo!

Do «Este é o momento», do CDS, à influência essencialmente exercida pelo PSD no Memorando de Entendimento, ao longo destes dois anos, assistimos, no País, a uma tragédia em três atos da governação desta maioria.

Uma argumentação que passou de um primeiro momento em que o Memorando da troica era um achado do futuro, onde, finalmente, o País ia fazer as reformas que deveria ter feito antes, esse, sim, era o momento da oportunidade para se fazer aquilo que já devia ter sido feito mas nunca se tinha tido a coragem.

Ora, desse momento, a maioria, que percebeu que Portugal sabia que estava a ser enganado — e soube-o agora! —, quando a realidade não aguentava esta argumentação, passou para o segundo ato da tragédia.

Então, a austeridade era a única saída, não havia outra possível, o Memorando assim o ditava e o futuro do País passava pela austeridade.

Ora, este argumento durou ainda menos tempo e, como os resultados não apareceram, porque não podem aparecer sob a política de austeridade, o que tivemos foram as pessoas, as populações a perceberem que há alternativas e que este Governo é que já não passa por elas.

Por isso, em jeito de desespero, chegou o terceiro ato desta tragédia da maioria: depois do «agora é que é», depois do «não há alternativa» chegou o «bem, há alternativas, mas são todas piores do que esta».

Este é o terceiro ato do desespero da retórica da maioria: é que agora já nos diz, face à sua incompetência, que os outros, eventualmente, serão mais incompetentes, face à sua ausência de respostas, diz-nos que as respostas dos outros não são satisfatórias.

Bem, o que realmente os portugueses percebem é que a política deste Governo consegue ser cada vez pior, sempre pior.

Olhemos para o que eram as previsões do Governo e para o que nos diz a OCDE sobre o futuro do País.

O Governo, há três semanas, dizia-nos que o défice em 2013 estava controlado e que, em 2014, poderia não estar, mas, na sexta-feira passada, dizia-nos que tudo ficaria bem com meio ponto percentual de abrandamento da meta do défice.

Ora, passaram cinco dias e, em cinco dias apenas, a OCDE deitou por terra esta argumentação e demonstrou que não há folga que aguarde com esta política de austeridade — e não é meio ponto, é mais de ponto e meio percentual -, sendo que a OCDE reconhece que a austeridade irá levar ao incumprimento da meta do défice para 2014.

Em 2012 não cumpriram o défice; em 2013 não vão cumprir o défice e já está anunciado que em 2014, novamente, vão incumprir o défice.

Ora, esta maioria está virada contra as suas próprias promessas. O que nos diziam era que esta era a política que, de uma vez por todas, iria cumprir com as promessas de défice, que esta era a política que, de uma vez por todas, iria colocar a mão na dívida pública.

Vejamos o documento que CDS e PSD assinaram, onde se diz que, no pico da dívida pública, o valor seria de 114% do PIB. Ora, diz-nos a OCDE que a dívida está descontrolada e que a barreira dos 130% será ultrapassada pela mão deste Governo.

De facto, em 2014 teremos uma dívida pública com 132% do PIB. Este é o resultado da política de austeridade do Governo, este é o desgoverno que a política de austeridade impõe sobre as contas públicas do País.

Falava-nos um Deputado, ainda agora, de crescimento, parecendo querer repetir as palavras do Ministro Vítor Gaspar ontem, na Comissão, reconhecendo que esperava que a OCDE não tivesse razão quando previu que a recessão, em 2013, será mais ou menos parecida com a destruição da economia que tivemos em 2012 e que, se tudo correr pelo melhor, teremos um crescimento de 0,2% em 2014.

Ora, isso não é crescimento, Sr.^{as} e Srs. Deputados, isso é estagnação, e o que a OCDE nos diz é que depois de empobrecermos muito vamos continuar mais pobres. Mas o que sabemos é que, por este caminho, vamos continuar a empobrecer, porque não há saída na política de austeridade — esse é que é o resultado!

Nós, se estamos pobres, pobres continuaremos com esta política, porque não há saída para um país que tem, pela mão desta maioria, uma dívida pública de 132% do PIB que não seja pela renegociação da dívida.

Esta é a maioria que nos empurra para a reestruturação da dívida «à grega», pela mão dos credores, pela mão daqueles que estão a destruir a nossa economia; esta é política da maioria que impede a solução da renegociação da dívida, a solução da dívida para não matar o País, que não seja uma sangria da riqueza do País.

Esta maioria é parte do problema e essa é a realidade que as pessoas constataam todos os dias. A austeridade em Portugal está a matar o País. A austeridade na Europa está a levar toda a Europa para a recessão.

Ontem, a Comissão Europeia dizia a vários países europeus que o caminho será o da austeridade; repetiu-o, como já conhecemos, de três em três meses para Portugal, incentivou Espanha a continuar com a política de cortes e disse à França que também é por aí que tem de ir.

Ora, o resultado está à vista: a destruição que a austeridade causa em Portugal está a destruir também a Europa, nomeadamente a França, a Espanha, a Grécia, como já conhecemos, a Irlanda, vai bater à porta da Itália e está mesmo a entrar também pela porta da Alemanha.

O resultado é óbvio e inequívoco: não há solução nestas políticas, não há solução nesta maioria, em Portugal, como não há solução numa qualquer elite política que impunha austeridade para a Europa, e, por isso, junho vai ser um mês tão importante.

Termino, Sr.^a Presidente, indicando que este é o mês dos cidadãos, este é o mês das lutas pelo futuro, é o mês de dizer às elites políticas que elas não mandam no futuro dos povos e que, na Europa, os povos se vão levantar já no dia 1 de junho contra a política de austeridade.

Àqueles que nos querem roubar o futuro, dizemos que o futuro está nas nossas mãos e não nas mãos deles.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Zorrinho, do PS, e Bernardino Soares, do PCP.

Entretanto, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares informou a Mesa que pretende responder individualmente.

Tem, então, a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, de facto, como bem lembrou, na próxima quarta-feira, dia 5, faz dois anos que houve eleições e mudou a maioria em Portugal.

Por vontade democrática dos portugueses, tomou posse um Governo, mas, hoje, podemos avaliar e concluir que esse Governo estava imprevisto para as funções que lhe foram cometidas, que era um Governo com uma agenda ideológica flageladora, experimentalista, que usou os portugueses para experimentar novas abordagens.

Trata-se de um Governo que se isolou dos partidos, que se isolou dos parceiros sociais, que se isolou da sociedade civil, que se subjugou à troika e, dentro da troika, a uma potência regional, que tem uma visão muito própria do futuro da Europa, uma visão que não interessa aos países do sul e muito menos a Portugal.

Em consequência disso o que é que temos? Mais desemprego, mais dívida pública, um défice que se vai alargando para tapar problemas, nunca para antecipar uma política proactiva de crescimento e emprego, temos menos economia, menos confiança e um Estado institucionalmente apodrecido. Só isso podemos chamar a um Estado em que dois orçamentos foram aprovados e considerados inconstitucionais e em que a maior reforma da administração do território também foi considerada inconstitucional.

Portanto, neste cenário, Sr. Deputado, com este Governo, não podemos ter mais esperança no futuro. Por isso, o Partido Socialista apresentou uma moção de censura. Este Governo já só tem legitimidade burocrática, não tem legitimidade política, no tecido económico e social deste País.

E temos duas alternativas: uma alternativa é a realização de eleições, que possa conduzir-nos a uma recuperação difícil — já não há um caminho fácil para os portugueses —, consolidada e que possa voltar a abrir caminhos de esperança; outra alternativa é o prosseguimento deste Governo, nado-morto, que levará a uma tragédia incalculável, do ponto de vista social e do ponto de vista económico.

Por isso, a pergunta que lhe queria deixar é muito simples, Sr. Deputado. Não bastam diagnósticos, não bastam palavras, temos de construir a alternativa. Já dissemos que temos uma alternativa e ambicionamos a maioria absoluta, mas queremos (com essa maioria absoluta) desenhar uma alternativa que inclua todos os partidos, da direita e da esquerda. Pergunto-lhe, por isso, em que medida está disponível o Bloco de Esquerda para fazer parte dessa alternativa, num contexto de Europa viável e de integração plena na União Europeia.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, agradeço a pergunta que fez, mas deixe-me responder-lhe muito diretamente: aqueles que querem «dançar», independentemente de quem seja o par que os acompanhe na dança, é porque não tem grande interesse na música que está a tocar nem no parceiro com quem, afinal, vão dançar. Tanto dá para a esquerda como pode dar para a direita.

O que precisamos, hoje, não é de escolhas na lógica político-partidária; precisamos, sim, de escolhas na lógica da política que serve os interesses das pessoas ou da política que serve os interesses financeiros. Na verdade, há duas políticas, não há uma política que esteja no meio-termo, em cima do muro, que ora pisca o olho à direita, às segundas, quartas e sextas, ora pisca o olho à esquerda, às terças, quintas e sábados, e ao domingo está de folga a pensar como será a semana seguinte.

Protestos do Deputado do PS Carlos Zorrinho.

Ora, isso não pode ser! Temos de ter, hoje, a transparência, a clarividência e a capacidade de dizer às pessoas quais são as nossas soluções.

Da parte do Bloco de Esquerda, penso que o Sr. Deputado Carlos Zorrinho fará a justiça de reconhecer que temos sido claros nas nossas responsabilidades e nas propostas que assumimos perante as pessoas.

Não faltaremos nunca à responsabilidade de haver uma política em defesa dos salários, em defesa das pensões; não colocamos nenhum partido acima das pessoas, mas colocamos as pessoas acima da troica e acima de qualquer partido.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi exatamente por isso que, em defesa da nossa cidadania, da nossa sociedade e da nossa Constituição, dissemos que recorreríamos ao Tribunal Constitucional sempre que fosse necessário, e quem quisesse ir connosco, em defesa da Constituição, poderia fazê-lo. Nessa altura, o PS uma vez não quis e outra vez quis ir sozinho.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Espero que tenham aprendido essa lição e que agora, para o futuro, possam reconhecer que juntas as esquerdas valem mais — quando as esquerdas são esquerdas de verdade e as políticas são realmente de esquerda.

Há uma realidade que também me parece inequívoca e, Sr. Deputado, acompanho-o numa ideia que deixou. Disse-nos que esta direita não estava à altura da governação do País e eu digo que esta direita não estava e não está à altura da governação do País. Ela fez e está a fazer o que quis.

Vou ler-lhe uma declaração daquela célebre conferência de imprensa de Eduardo Catroga, em que dizia: «O PSD, se for Governo, terá autonomia para substituir eventuais medidas penalizadoras dos portugueses». Ora, o dom é que conseguiram sempre penalizar cada vez mais os portugueses com as suas alterações.

Termino — agradecendo a tolerância da Sr.^a Presidente — com uma frase que me parece resumir o espírito do País. Dizia-nos o CDS, aquando das eleições de 2011, que «este era o momento». Ora, o que as pessoas já perceberam, de uma vez por todas, é que este não é o momento deste Governo, desta maioria PSD/CDS!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, penso que foi muito oportuno ao referir que os objetivos que serviram de pretexto à direita e ao Governo para aplicar uma série de medidas — o défice, a dívida —, de facto, não estão a ser cumpridos. E isso é porque o verdadeiro programa não era conter o défice nem diminuir a dívida; o verdadeiro programa sempre foi diminuir os salários, fazer os trabalhadores trabalhar de borla nos feriados, como hoje, retirar direitos na saúde e na educação, cortar no complemento solidário para idosos (o que o CDS fez neste Governo), cortar no abono de família (o que o CDS fez neste Governo), cortar, cortar, cortar nos direitos e, ao mesmo tempo, continuar a permitir que os grandes grupos económicos acumulassem lucros, como continuam a acumular.

Portanto, o problema está nesse programa. Toda a gente sabe que só se contém o défice e se diminui a dívida quando se fizer crescer a economia e aumentar o emprego. E para tanto é preciso uma política pública que tenha essa prioridade.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — De facto, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, a intervenção que o Partido Socialista agora aqui fez é um bocadinho a imagem do Partido Socialista: está na oposição e quer fazer um discurso de esquerda, mas depois diz que está disponível para se entender com a esquerda e com a direita. Ora, isso não é possível! Ou se faz uma política de esquerda ou se faz uma política de direita.

Portanto, quando se diz que tanto se pode fazer um acordo à esquerda como um acordo à direita, mais não se está a dizer que se quer continuar a fazer um discurso para a esquerda para continuar a fazer os acordos com a direita, como têm feito ao longo de todos estes anos. Aliás, foi a direita que aprovou os três primeiros PEC e os Orçamentos do Estado do Partido Socialista.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E porquê? Porque eram Orçamentos e programas com políticas de direita.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, queria perguntar-lhe se é ou não verdade que não basta travar o Governo para que a situação se inverta, é preciso que a política seja completamente diferente e que a renegociação da dívida venha à cabeça dessa política para permitir disponibilizar fundos para o investimento público, para a melhoria dos salários, para a melhoria dos serviços públicos.

Pergunto-lhe, ainda, se é ou não verdade que, não fazendo isto, o que o Governo está a preparar é, realmente, um segundo resgate, de que o Ministro Paulo Portas falou na sua intervenção de domingo, sabendo ele bem o que o Governo está a preparar, porque se tornará inevitável se se continuar esta política de descalabro económico, financeiro e social.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, agradeço as perguntas que fez. De facto, dizer que esta direita não está a fazer aquilo que quer, aquilo que teve poder para fazer, não é verdadeiro, porque ela está exatamente a fazer o que quer fazer. É verdade que prometeu o

contrário do que está a acontecer ao País e das medidas que está a praticar — e não falo apenas das promessas feitas em campanha eleitoral.

Vou ler uma frase do Sr. Ministro Vítor Gaspar, na apresentação do seu primeiro Orçamento do Estado, o Orçamento do Estado para 2012. Dizia ele: «Quanto à taxa de desemprego, o Governo espera que no ano seguinte, em 2012, chegue aos 13,4% e, no final desse ano, o nível de atividade económica até estará a começar a crescer».

O que percebemos é que este Governo falhou, claramente, no que disse que ia fazer. É verdade que tinha uma agenda oculta, mas também é verdade que não tem legitimidade democrática, porque não foi com este programa a eleições, e não tem a legitimidade da aceitação popular, porque as suas medidas estão a destruir o País e vão para lá de qualquer promessa, técnica ou não técnica, de política eleitoral ou de política enquanto Governo.

Creio que o Sr. Deputado Bernardino Soares pegou muito bem numa questão que considero relevante em Portugal e em toda a Europa. De facto, estamos perante um ajustamento do regime português e europeu. É isso que estamos a ver, por isso é que percebemos que os sacrifícios existem sempre para os mesmos do costume: todos os anos os trabalhadores e os pensionistas viram o seu rendimento cortado. Repito, todos os anos! No entanto, todos os anos vemos que as grandes fortunas do nosso País continuaram a crescer. É certo que já não pagam impostos cá, vão pagar impostos à Holanda ou a um *offshore* qualquer, mas essas não pararam de aumentar e, por isso, as desigualdades — e essa é a política de toque deste Governo — continuaram a aumentar.

Porém, se olharmos para a Europa percebemos que o plano é bem requintado, bastante requintado. Há uma chantagem que impera, que tenta legitimar a austeridade e que nos diz que a austeridade é necessária para dar competitividade à Europa, porque a Europa não aguenta estes direitos, a Europa não aguenta este sistema e este Estado social.

Ora, o que nós percebemos é que essa é a desculpa para impor a austeridade, para retirar o que é de todos nós para, depois — claro, já sabemos a história —, privatizar, tirar direitos para as pessoas trabalharem mais por menos dinheiro; tirar salários para as pessoas serem empurradas, no salário indireto que lhes é retirado, para os cuidados privados de saúde, para a segurança social privada, para o apoio dos PPR e coisas do género.

Na verdade, esse é um plano que da Europa chega a Portugal, mas que de Portugal também se exporta para a Europa. Por isso, é um ajustamento do regime europeu que a austeridade está a servir para legitimar.

O resultado, Sr.^a Presidente — e com isto termino —, é que os povos perceberam este engodo, os povos europeus vão levantar-se contra esta política porque ela não tem saída, não tem solução. Por essa razão, o mês de junho será o mês forte, do levantamento contra este Governo e contra todos os governos na Europa que estão a servir para impor uma política de austeridade que destrói direitos, mas que não tem futuro nem para o País nem para a Europa.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a política do medicamento como eixo estratégico da política de saúde é hoje uma opção deste Governo e do Ministério da Saúde.

As iniciativas desenvolvidas em torno da política do medicamento são hoje merecedoras de confiança e reconhecimento por parte dos utentes do Serviço nacional de Saúde (SNS) e da população em geral.

Hoje podemos afirmar, na posse de dados objetivos, que entre janeiro e março de 2013, os portugueses compraram mais 200 000 embalagens de medicamentos e que o seu custo total reduziu em 43 milhões de euros. Em 2012, os portugueses compraram mais 5,8 milhões de unidades de medicamentos, mas gastaram menos 195 milhões de euros na sua compra.

Ora, tendo em conta este efeito, os utentes pagaram menos pela saúde em geral e, apesar das dificuldades, o consumo não foi afetado, pelo contrário.

Assim, nos anos de 2011 e 2012, a redução média de 20% no custo dos medicamentos, para toda a população portuguesa, foi uma realidade e uma opção do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No entanto, esta matéria obriga a trazer à colação — não podemos ignorar a inquietação que provocou — a informação sobre prescrição emitida pela ARS Norte, posição que é absolutamente contraditória com a luta pelo aumento da esperança de vida que tem sido encetada nos últimos anos e mostra a necessidade de uma melhor articulação entre a unidade de pensamento e a atuação entre as diferentes ARS deste País.

Para dar cumprimento às exigências impostas nesta área, não podemos deixar de referir os esforços para garantir qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos, a regulação dos preços e sua comparticipação, a exigência de sacrifícios e contributos dos parceiros do SNS, nomeadamente da indústria farmacêutica, distribuidores e farmácias, na convicção de que se estão a proteger os doentes e os mais carenciados no acesso ao medicamento.

Num contexto de enorme rigor e exigência, o Governo demonstra que continua empenhado na procura de medidas que continuem a assegurar o acesso ao medicamento, protegendo os doentes mas respeitando as restrições económicas do País.

Assim é e será, ao alargar o prazo de cinco para sete dias de fornecimento de medicamentos em pós-operatório em ambulatório e ao alargar o tipo de medicamentos que pode ser dispensado após cirurgia de ambulatório, quer a crianças quer a doentes oftalmológicos.

Isto não é tudo, muitos acharão insuficiente, mas haveremos de levar mais longe o exercício deste direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Reconhecendo que as diversas medidas adotadas em favor dos utentes, quer pela prescrição por DCI, quer pela redução do preço, quer pela maior utilização de genéricos, quer pela redução de margem média de comercialização, quer, ainda, pela redução dos preços dos medicamentos não comparticipados, já em 2013, em cerca de 7%, representaram para as farmácias uma redução efetiva dos seus proveitos.

Diversas medidas foram já implementadas pelo Governo, através do Ministério da Saúde, no sentido de minimizar algumas das suas perdas, designadamente a inclusão das farmácias como elegíveis para o sistema bancário, no âmbito do apoio empresarial, no nosso País, sendo que muitas outras se seguirão, em articulação com os diferentes agentes do setor e o Ministério da Saúde.

Deste modo, enquanto agentes económicos, e resistindo, por certo, a um dos momentos mais exigentes da sua existência, por tudo o que fizeram e pelas soluções que forem capazes de encontrar para futuro, em benefício dos doentes e no aliviar dos custos do SNS, em nome dos portugueses, um muito obrigada às farmácias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há mais caminho que está a ser feito, quer em termos de cuidados de saúde primários quer no âmbito do serviço hospitalar, no combate ao desperdício e à fraude, só para referenciar algumas das dimensões.

Nos cuidados de saúde primários, muito está feito, mas sabemos que há muito para fazer. A consolidação da reorganização dos agrupamentos de centros de saúde (ACES), os 4,3 milhões de utentes que estão já abrangidos pela prestação de cuidados de saúde primários, o trabalhar para atribuir, tão rapidamente quanto possível, um médico de família a 1,7 milhões de utentes que ainda não o têm, de modo a que, no mais curto espaço de tempo, consigamos evitar situações como as de Arouca, cujos utentes ainda ontem se manifestaram pelo direito a médico de família para todos.

O Governo, por intermédio do Ministro da Saúde, assumiu o compromisso de, até ao final da Legislatura, poder dar solução a todos estes portugueses, sem deixar de referir que o ano de 2012 foi o ano com maior número de utentes com médico de família.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Apesar de tudo, quero, neste momento, citar Mário Moura, decano de Medicina Geral e Familiar, ontem galardoado com o Prémio Miller Guerra, que desta tribuna felicito, quando afirmou que a medicina baseada no afeto e na relação médico/doente não dá notícias, mas cerca de 80% dos utentes só precisam de diálogo e exame clínico.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por tudo isto, temos de assumir que os excedentes de uns terão de ser a resposta às faltas de outros, a bem dos portugueses e dos seus direitos e não somente dos direitos dos profissionais, que muito respeitamos.

No combate ao desperdício e à fraude, através da auditoria de processos e da implementação de um modelo sistémico de controlo interno, integrado e coerente, no Ministério da Saúde, bem como o envolvimento dos profissionais de saúde no encontrar de soluções para a eficiência dos serviços, a reorganização dos tempos de trabalho acordados com os sindicatos, com a mudança de paradigma, numa atuação assente e avaliada em indicadores de desempenho, tudo está feito? Ainda não, mas, na salvaguarda dos direitos presentes e futuros dos portugueses e pela manutenção do SNS para todos, seja qual for o Governo que se siga, este trabalho não pode deixar de ser feito.

Aplausos do PSD.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Também no combate à fraude, no ano de 2012, assistiu-se à consolidação e reforço de uma estratégia conjunta de controlo na área do combate ao desperdício e à fraude.

Face à crescente diversidade e complexidade das situações a investigar, limpar o sistema credibiliza quem fica e ajuda a compreender e aceitar melhor os sacrifícios que, em cada momento, nos são pedidos.

Reafirma-se que só o combate aos sistemas e serviços que apenas se alimentam a si mesmos, ao desperdício, tantas vezes assente na falta de planificação e interação entre serviços, e à fraude permitirá obter ganhos sem perda de qualidade.

Por tudo o que há ainda para fazer e por toda a obra já realizada, deixo aqui o meu reconhecimento a todos os médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde, extensivos a todo o pessoal técnico e auxiliar, não podendo esquecer o engenho e a arte deste Ministro da Saúde. Sem o seu comprometimento e dedicação, não teria sido possível termos este SNS e, só com eles, mantê-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, as Sr.^{as} Deputadas Luísa Salgueiro, Helena Pinto, Carla Cruz e Isabel Galriça Neto. A Mesa já tem informação de que a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão responderá, conjuntamente, a cada dois pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro.

A Sr.^a **Luísa Salgueiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão, quero ler-lhe duas frases: «Em Portugal, a acessibilidade aos medicamentos perde, continuamente, qualidade»; «A disponibilidade imediata de todos os medicamentos nas farmácias pertence ao passado». Sr.^a Deputada, estas, não são declarações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, são afirmações da Associação Nacional das Farmácias.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Deputada tentou agradecer às farmácias o papel que desempenham no Serviço Nacional de Saúde, mas, Sr.^a Deputada, a verdade é que há 286 farmácias em situação de insolvência e a estas não há agradecimentos que valham.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, se esta área do medicamento é uma área que preocupa a todos, até porque, hoje em dia, sabemos que a realidade é a de que, para aviar uma só receita, é preciso percorrer várias farmácias, porque os medicamentos não estão disponíveis, mas, repito, se esta é uma área que preocupa a todos, a Sr.^a Deputada sabe bem que há um grupo da população que está particularmente preocupado, que é o das pessoas com mais de 75 anos da região Norte de Portugal, aliás, da sua região, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Deputada sabe que a Administração Regional de Saúde do Norte apresentou uma recomendação no sentido de que não possam ser prescritos mais de cinco medicamentos a cada doente com mais de 75 anos e sabe que este passou a ser um critério de avaliação da atividade médica. A Sr.^a Deputada, como pessoa preocupada e sensível que é em relação a esta área, tocou este assunto ao de leve, mas não percebemos bem a sua posição relativamente àquela recomendação.

A Sr.^a Deputada e o seu grupo parlamentar estão de acordo em que seja feito este verdadeiro racionamento na área da Administração Regional de Saúde, ao arrepio de todas as regras por nós defendidas? Consideram ou não que isto é atentatório dos direitos dos cidadãos? E a Sr.^a Deputada teve ou não oportunidade de ouvir ontem o vencedor da primeira edição do Prémio Miller Guerra, o Prof. Mário Moura, que, com os seus 85 anos, nos disse que toma mais de cinco medicamentos por dia e que, felizmente, é a isso que deve o seu bom estado de saúde?!

Estamos certos de que a Sr.^a Deputada e a sua bancada não desconhecem esta situação e não podemos deixar de ouvir a sua opinião sobre isso, porque as pessoas com mais de 75 anos da região Norte de Portugal estão verdadeiramente em perigo, graças às medidas políticas do Governo que V. Ex.^a apoia.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão, em relação a este tema que trouxe hoje a debate, que é um tema importante para a saúde em Portugal, começo por dizer que foi preciso o PSD ir para o Governo para perceber a vantagem dos genéricos.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Fomos pioneiros!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Ó Sr.^a Deputada, o seu partido levou muitos anos até perceber a vantagem dos genéricos!

Depois, a Sr.^a Deputada falou das poupanças do Estado em relação ao medicamento, mas não falou de outra coisa muito importante. É que o Estado não reinvestiu essas mesmas poupanças no Serviço Nacional de Saúde; essas poupanças nos medicamentos serviram, exclusivamente, para pagar os juros aos credores.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Aliás, Sr.^a Deputada, se as poupanças dos medicamentos tivessem sido reinvestidas no Serviço Nacional de Saúde, quase de certeza absoluta, para não dizer com certeza absoluta, não estávamos hoje confrontados com os problemas do racionamento dos medicamentos nos hospitais. Aqui é que reside, de facto, o problema.

Vozes do BE: — É verdade!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Deputada, tenho de voltar a uma questão que a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro já lhe colocou, porque é necessária uma clareza absoluta.

Pareceu-nos que a Sr.^a Deputada estava a condenar a recomendação da Administração Regional de Saúde do Norte sobre a limitação de medicamentos aos maiores de 75 anos. Qual é a posição do PSD? É que

isto tem de ter consequências. Tem de ter absolutas consequências! É preciso dizer, frontalmente, qual é a posição do seu partido e não se limitar apenas a uma vaga crítica a essa situação, que, de facto, é inqualificável e toda a gente está contra ela, incluindo a Ordem dos Médicos, que, como muito bem sabe, já pediu a sua revogação.

Deixe-me colocar-lhe uma outra questão que se prende com o racionamento dos medicamentos. A Sr.^a Deputada sabe que, hoje em dia, muitos doentes crónicos são obrigados a deslocarem-se com maior frequência aos hospitais, para terem acesso aos medicamentos dos quais dependem, aumentando os custos nas deslocações, aumentando as dificuldades da vida, porque, por exemplo, quando se trata de crianças isso implica que os pais se desloquem. O que é que a Sr.^a Deputada tem a dizer sobre isto, em termos de política do medicamento? Acha correto que as pessoas sejam obrigadas a deslocar-se com uma frequência muito maior, quando isso não é necessário, em termos da medicação de que têm necessidade?! Não vale a pena falar só de metade dos problemas, temos de falar de todos, Sr.^a Deputada.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr.^a Presidente, antes de mais, cumprimento as Sr.^{as} Deputadas Luísa Salgueiro e Helena Pinto, e aproveito para responder, em simultâneo, a uma questão que ambas colocaram.

Começo, pois, pela norma emanada pela ARS Norte, relativamente à não prescrição de mais de cinco medicamentos aos idosos com mais de 75 anos. De facto, a Direção-Geral da Saúde e a Ordem dos Médicos têm enveredado por um caminho, no âmbito da criação de normas de prescrição de medicamentos, e tem sido um trabalho árduo e consensual. Nesta base, penso que também encontrarão, certamente, ponderadores para determinar algumas conclusões que hão de ser dirigidas a estes doentes em especial.

Por isso, tal como disse daquela tribuna, e em face da luta pelo aumento da esperança de vida e pelo direito à vida, que é matriz do Grupo Parlamentar do PSD — e, também, do CDS —, considero que esta medida surge em contraciclo e, ao mesmo tempo, também causa alguma preocupação quanto a outras situações que conhecemos, como, por exemplo, as DPOC e a prescrição de oxigénio, a diversidade de atuações das ARS, que, por vezes, não têm um comportamento uniforme, mas que, até que cheguem ao conhecimento formal do Sr. Ministro da Saúde, vão passando um pouco à margem do Ministério.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — O Sr. Ministro não lê jornais?!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Todos sabemos e reconhecemos a capacidade do Sr. Ministro e a sua sensibilidade para estas questões e, por isso, esperamos que, em articulação com todos os agentes do setor e que estão no terreno, seja encontrada uma solução que possa, de algum modo, ultrapassar esta questão menos feliz.

Relativamente à vantagem dos genéricos, Sr.^a Deputada Helena Pinto, quero dizer-lhe que esta bancada defende-os desde 2002. E este Governo e este Ministro têm-se preocupado, especialmente, em aumentar a sua penetração nos mercados.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso queríamos nós!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Por outro lado, também não pode dizer que os ganhos em medicamentos, com a descida do seu preço, não foram investidos, porque foram, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Onde?!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — A abertura dos hospitais de Vila Franca de Xira, de Lamego, de Amarante, de Loures, entre outros, não é um investimento na área da saúde?!

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

Protestos do BE.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Srs. Deputados, vamos centrar o discurso naquilo que é real. Efetivamente, nos anos de 2011 e 2012, os portugueses pagaram menos 20% em medicamentos e em política de saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — E pagaram mais impostos!

A Sr.^a **Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Cruz.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Presidente, a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão apresentou aqui uma declaração política que não corresponde à realidade. A senhora acabou agora de dizer para passarmos a um discurso sobre a realidade, mas aquilo que a Sr.^a Deputada fez, da tribuna, foi um discurso propagandístico sobre a política do Serviço Nacional de Saúde deste Ministério, pois o que este Ministério da Saúde tem feito é, efetivamente, destruir e dismantelar o Serviço Nacional de Saúde!

Vozes do PCP: — Exatamente!

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — O que o Ministro da Saúde tem feito é dificultar o acesso ao medicamento, pois faz o racionamento do medicamento. Fá-lo — e não é só agora — a Administração Regional de Saúde do Norte com a publicação do despacho para os doentes com mais de 75 anos.

O Sr. **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Há racionamento nos hospitais, na dispensa de medicamentos a doentes crónicos. Todos os dias chega ao nosso conhecimento que há pessoas que têm de fazer mais deslocações, pois chegam ao hospital e não há o medicamento habitual, que está prescrito.

Sr.^a Deputada, vamos à realidade. E a realidade faz com que as pessoas, os doentes, devido a cortes nos salários e nas pensões, cheguem à farmácia e tenham de decidir entre comprar um medicamento ou alimentação. Porque, Sr.^a Deputada, o que acontece hoje — e vá ver a realidade, contacte com as farmácias — é que os doentes fazem a seleção do medicamento, as pessoas não aviam a receita!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Deputada, não é verdade que os doentes tenham pago menos em saúde. A saúde, hoje, está mais cara, porque houve um aumento brutal nas taxas moderadoras.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Verdade!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — E os doentes não conseguem aceder ao Serviço Nacional de Saúde!

A pergunta que lhe deixo, Sr.^a Deputada, é esta (pegando nas suas palavras, vamos à realidade concreta): o que vai fazer este Governo para não destruir o Serviço Nacional da Saúde, para continuarmos a ter um serviço de saúde de qualidade? Dou-lhe, desde já, uma resposta, Sr.^a Deputada: certamente, não é com estas políticas, não é com este Governo!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Isabel Galriça Neto, do CDS-PP.

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão, queria saudá-la vivamente por nos ter trazido aqui hoje o tema da saúde, mais concretamente as questões relacionadas com a política do medicamento.

Começo por dizer que nos associamos às suas declarações no que toca à preocupação por manter todas as medidas que visem a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e o acesso, nomeadamente dos mais vulneráveis, aos cuidados de saúde. É uma preocupação vossa e é inquestionável que sempre tem sido uma preocupação para o CDS.

O Ministério da Saúde tem tomado medidas muito concretas, algumas delas já referidas, medidas essas há muito adiadas e que visam, em primeiro lugar — convém lembrar —, pagar o grave endividamento que este Ministério herdou e que comprometia vivamente a sustentabilidade do SNS.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Não basta apregoar que nos preocupa a sustentabilidade do SNS, há que tomar medidas consentâneas para garantir que essa sustentabilidade seja um facto.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Como disse, as medidas têm sido tomadas e não vale a pena, por causa da existência de vários problemas que reconhecemos, ignorar ou minorizar os resultados concretos e os avanços que têm sido conseguidos.

Gostaria apenas de relembrar, porque isto é realidade e não ficção, ao contrário do que já aqui foi afirmado, medidas como: o intenso combate à fraude no Serviço Nacional de Saúde; o aumento do número de isentos de taxas moderadoras;...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — ... a importância dada aos cuidados de saúde primários, com mais cidadãos portugueses a terem acesso a médico de família...

Vozes do CDS-PP: — Ora bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — ... e com um maior número de consultas realizadas nos cuidados de saúde primários; os ganhos a nível dos cuidados continuados e dos cuidados paliativos; a implementação de normas de orientação clínica, um ato inovador antes não efetuado.

Poderia enumerar outras mais que são realidade e não ficção, nomeadamente a expansão do Programa Nacional de Acreditação em Saúde, que visa a qualidade e a segurança dos cidadãos nos cuidados que recebem, a reorganização no combate ao desperdício a nível hospitalar, entre tantas outras.

De qualquer forma, a Sr.^a Deputada falou, e bem, nas questões da política do medicamento e eu gostaria de lembrar que o Governo já reduziu custos administrativos e de contexto; já atuou sobre os preços com as convenções; tornou obrigatória a prescrição por denominação comum internacional (DCI), uma luta que o CDS há muito trazia a esta Casa; e aumentou significativamente a quota de genéricos.

Tudo isto para reduzir os gastos com medicamentos.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Penso que é uma medida consensualmente reconhecida como positiva.

Sr.^a Deputada, esta redução de gastos visou, sobretudo, os gastos dos utentes — e entendemos que atingiu o seu objetivo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Como a Sr.^a Deputada bem referiu, os gastos com medicamentos diminuíram 40 milhões de euros, no primeiro trimestre deste ano (são factos que aqui voltamos a lembrar); o número de embalagens vendidas subiu para 200 000, ou seja, não houve uma limitação no acesso, como se pretende fazer crer;...

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — ... o preço dos medicamentos desceu 20% nos últimos dois anos e, como consequência, os portugueses gastaram menos 190 milhões de euros só em 2012,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Gastaram menos porque não os podem comprar!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — ... tendo sido no ano passado vendidos mais 5 milhões de embalagens de medicamentos.

Entendemos que estas medidas são muito relevantes, não podem ser negligenciadas e fazem parte da realidade. E são relevantes na medida em que, com elas, se promove a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e, desta forma, se cria mais justiça social.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Ora bem!

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Para terminar, Sr.^a Deputada, pergunto se está ou não o Governo, através do Sr. Ministro da Saúde e da sua equipa, a melhorar o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde e a contribuir para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, que é o que todos desejamos.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira fazer o favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Galriça Neto** (CDS-PP): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Esta poupança, para os utentes, de 190 milhões de euros nos gastos com medicamentos, só em 2012, é ou não uma medida que promove a coesão social?

Por fim, está ou não o Governo, com as medidas de racionalização que está a tomar, a combater o desperdício e, desta forma, a garantir a qualidade assistencial, que, julgo, é do melhor interesse de todos os portugueses?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Conceição Bessa Ruão.

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr.^a Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Deputada Carla Cruz e agradecer as questões que colocou.

Desde já, coloco-lhe a seguinte questão: há quantos anos não entra numa farmácia para comprar medicamentos, Sr.^a Deputada? A senhora é muito jovem, tem muita saúde e desconhece quantas vezes há utentes que entram numa farmácia e saem com um saco de medicamentos sem terem pago um único cêntimo pelo mesmo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A senhora ofende quem passa dificuldades!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Claro que não nos conforta a dificuldade que alguns portugueses têm hoje no acesso aos medicamentos. Mas não é pelo facto de eles estarem mais caros, é porque outras medidas e outras dificuldades estão associadas ao seu estado de vida.

Não é verdade que, hoje, o preço dos medicamentos, designadamente com o aumento dos genéricos, não permita um melhor acesso para a generalidade dos portugueses.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Esta sua intervenção vai para o *YouTube*! Esta sua intervenção vai custar-lhe muito caro!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — E refiro-o sem deixar de considerar e muito valorizar aqueles (a quem quero deixar a minha solidariedade) que têm grandes dificuldades no acesso a algumas das suas compras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada, queria referir uma outra questão. Acredito que a vida ainda não tenha tido tempo de lhe dar a noção da privação de quase tudo, para considerar que a dispensa de medicamentos, ainda que parcial, não seja um serviço prestado, apesar de todas as dificuldades financeiras, de gestão e económicas que, quer as unidades hospitalares quer aqueles que têm que fazer essa gestão, enfrentam nos tempos que correm.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Também quero dizer que estranho, apesar de ser uma posição que vem sendo assumida há algum tempo, a preocupação do PCP com a Associação Nacional das Farmácias. A defesa do setor privado chegou ao PCP!...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Não, não!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tenha vergonha!

A Sr.^a **Conceição Bessa Ruão** (PSD): — Sr.^a Deputada Isabel Galriça Neto, queria cumprimentá-la e agradecer as questões que me colocou.

Queria deixar dito o seguinte: é reconhecido o esforço que, neste momento, está a ser feito por este Governo e por este Ministro, quer no combate ao desperdício, quer na implementação de medidas de gestão absolutamente rigorosas, quer na implementação de um controlo interno que permita tornar estanques os diferentes momentos — de decisão, de encomenda, de pagamentos —, para que se possa combater a fraude.

No combate ao desperdício, também não podemos ignorar a interação entre serviços, a programação para a disponibilização de medicamentos, designadamente no setor oncológico, em que cada unidade chega a custar 10 000 € — até agora, uma unidade era disponibilizada com 5 ml, eram utilizados 2 ml e os restantes 3 ml «iam pela sanita abaixo»!

Meus senhores, isto acabou! Eram gastos 10 000 € em cada utilização!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A planificação exige recursos, exige planeamento.

Sr.^a Deputada, muito obrigada pelas suas questões e, neste momento, penso que também tenho de deixar um obrigado a todos os que estão a lutar para que o Serviço Nacional de Saúde possa ser mais sustentável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, para além de mais duas declarações políticas a que já fiz referência, por um dever de igualdade e de lealdade, anuncio também que será proferida, hoje, pelo Sr. Deputado do PS Acácio Pinto, uma intervenção ao abrigo do n.º 2 do artigo 76.º do Regimento, que não é contabilizável nos tempos do grupo parlamentar em que se inclui.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas, do PS.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais um chumbo, mais uma inconstitucionalidade declarada, desta vez ao novo estatuto das entidades intermunicipais e ao regime jurídico da transferência de competências do Estado para essas entidades.

Mais um processo em que o Governo partiu isolado, com ideias feitas, sem ninguém querer ouvir, optando por criar um nível autárquico intermédio, de âmbito sub-regional, não previsto na Constituição da República, em detrimento do reforço das cinco regiões administrativas e da efetiva articulação territorial, através das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Neste balão de ensaio, está tudo o que é preciso para sabermos que este Governo já não é capaz de fazer avançar o País.

Esta maioria e este Governo optam sistematicamente pelo isolamento, decidem e legislam contra tudo e contra todos: contra os municípios, contra os portugueses, contra a Constituição!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Este é um chumbo para um Ministro que já não o é, mas é acima de tudo mais uma marca do fracasso desta maioria e deste Governo.

Este Governo não tem uma ideia sobre a administração territorial do Estado, sobre a importância da qualidade dos serviços de proximidade e, em nome de uma eficiência abstrata, a maior parte das vezes duvidosa, corta, corta, inventa, inventa, deixando um rasto de destruição sem precedentes nas funções do Estado.

Acabaram à pressa com os governos civis, sem assegurar a transferência de competências para entidades idóneas e estão, agora, em apuros para resolver o problema do escrutínio eleitoral. Tentaram os municípios, tentaram as conservatórias dos registos das capitais de distrito, mas desistiram porque não tinham a certeza da funcionalidade da solução.

Agora, na última versão, diz o Governo que será criado um centro de recolha único — não se sabe como, nem com que abrangência, quem o integra e quanto custa a mais.

Com a reinstalação das novas freguesias para realizar as eleições, aumentaram as dificuldades e a despesa, anunciando o Governo que vai notificar, pessoalmente, os eleitores das cerca de 1000 freguesias alteradas e lançar campanhas que custarão milhões.

É claro que a extinção de governos civis e de freguesias não representa nenhuma melhoria para o serviço às populações, e a conta da despesa pública inerente a estas decisões ainda está por apurar.

Aplausos do PS.

Mas o Governo continua imparável neste momento de desagregação das administrações públicas. O Ministério da Administração Interna anuncia uma nova orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, com a criação de cinco agrupamentos distritais para operação e socorro: os agrupamentos Norte, Centro Norte, Centro Sul, Sul e Algarve. Cinco agrupamentos, exatamente cinco, que poderiam e deveriam coincidir com as regiões-plano, exatamente com o mesmo número de operacionais, com o mesmo custo, mas com uma coerência e nexos territorial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas não é só aqui. Hoje mesmo é notícia que a rede de ensino superior vai ser dividida em nove regiões. O Presidente de Conselho de Reitores diz não compreender a proposta do Governo e pede fundamentação desta divisão que não conhece.

Tudo isto é feito, como se vê, mais uma vez, sem ouvir ninguém. Não há diálogo político, não há diálogo social!

Aplausos do PS.

Não há uma visão coerente deste Governo sobre a Administração do Estado, mas há uma linha de coerência nestas decisões: há uma linha de coerência entre a desvalorização das funções do Estado e a desagregação das administrações públicas; há uma linha de coerência entre o desrespeito pelo poder local e regional, o desrespeito pelas universidades e a tentativa de consolidar modelos excêntricos à organização territorial do Estado; há uma linha de coerência entre a desvitalização dos serviços e a desconsideração pelos funcionários públicos.

E perguntar-se-á: como pode um Governo, que não foi capaz de fazer uma simples reforma da administração local, num quadro de legalidade constitucional, conduzir agora uma profunda reforma do Estado?

Aplausos do PS.

Perguntar-se-á: como pode um Governo, que não foi capaz de reunir o consenso mínimo em torno desta reforma, que, de tombo em tombo, ficou sempre mais isolado, conseguir o diálogo político e social para fazer avançar a reforma do Estado?

Perguntar-se-á: como pode um Governo, que demonstra não ter uma ideia para as administrações públicas, conseguir uma visão enquadradora para a reforma do Estado?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a nossa resposta é clara: este Governo já não é capaz! Este Governo já não tem energia, já não é capaz de gerar confiança para mobilizar o País para uma discussão séria e serena sobre a reforma do Estado. Este Governo já não tem capacidade de liderança para construir um consenso político e social alargado. Este Governo, com o rasto que traz atrás de si, já não consegue fazer avançar o País!

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Ferro Rodrigues.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá, do PCP.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Miguel Freitas trouxe aqui a questão da ofensiva que o Governo está a fazer, em particular, contra o poder local democrático.

Ao longo desta Legislatura, o Governo apresentou um conjunto de leis, algumas já aprovadas, outras ainda em execução na Assembleia da República. Refiro, por exemplo, a lei que determina a extinção de freguesias, aprovada, e que o Governo quer implementar até às próximas eleições autárquicas; a lei sobre o setor empresarial local; a lei dos dirigentes municipais; a lei das finanças locais, ainda em discussão, com a qual o Governo pretende retirar fundos importantes às freguesias e aos municípios, impedindo-os de exercerem cabalmente as funções que lhes estão cometidas por lei; e a lei das comunidades intermunicipais, com a qual o Governo permitia a criação, à força, de um novo tipo de autarquia, ignorando a Constituição.

O Sr. Deputado sabe e todos sabemos — mas, aparentemente, o Governo e a maioria parlamentar não sabiam — que a Constituição define três níveis para o poder local: as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, estas últimas ainda não criadas.

Todavia, o Governo tentava criar as comunidades intermunicipais que, não sendo uma autarquia, pretendiam retirar competências aos municípios, esvaziar os municípios dessas competências e criar, à força, uma federação de municípios, que iria exercer competências que a Constituição atribui aos municípios.

Também sabemos que o Tribunal Constitucional chumbou esta lei, através da qual o Governo pretendia avançar com a criação das comunidades intermunicipais, considerando que ia frontalmente contra o que está consagrado na Constituição.

Uma outra ofensiva dirige-se às freguesias, tal como foi referido pelo Sr. Deputado Miguel Freitas. O Governo pretende extinguir cerca de 1200 freguesias, por agregação. Ora, as freguesias são o elo da administração do Estado que se encontra mais perto das populações e, ao eliminarmos as freguesias, estamos a afastar o Estado das populações, criando mais dificuldades para a gestão do território, tal como o Sr. Deputado referiu.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Termino já, Sr. Presidente.

A propósito desta ofensiva geral que o Governo e a maioria PSD/CDS estão a dirigir contra o poder local, pergunto-lhe, Sr. Deputado Miguel Freitas, qual é a posição que o PS assume relativamente a todas estas questões.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — O Sr. Deputado Miguel Freitas sinalizou à Mesa que responderá a grupos de dois pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa, do PSD.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, muito obrigado pelo tema de debate que aqui introduziu, porque permite um esclarecimento relativamente ao que, de facto, está em causa.

Tem sido notório o esforço que os diversos partidos da oposição têm feito no sentido de confundir o que, de facto, está em causa com a decisão do Tribunal Constitucional. Com efeito, o Tribunal Constitucional esteve longe de pôr em causa a lei que estabelece o regime jurídico das atribuições e competências das autarquias locais. Esteve longe de o fazer!

Risos do PS e do PCP.

Apenas rejeitou dois aspetos, um dos quais prende-se, com efeito, com as entidades intermunicipais, e apenas na medida em que rejeita a possibilidade de serem consideradas autarquias locais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É só isso... É uma pequena coisa!...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não rejeita a ideia da criação de entidades intermunicipais. Aliás, em boa verdade e em bom rigor, as comunidades intermunicipais foram uma criação do Partido Socialista...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Do Relvas!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — ... e o que este diploma faz é melhorar, reforçar essas entidades no seguinte aspeto: o PSD e este Governo acreditam no reforço do intermunicipalismo e foi isso que esteve em causa na proposta que o Governo defendeu e que esta Assembleia teve a oportunidade de discutir. E, sobre isso, não tencionamos mudar de ideias, continuamos a defender, porque é importante para o País, o reforço do intermunicipalismo.

Defendemos, também, que é importante organizar o território de forma mais eficaz, e esta proposta vai precisamente nesse sentido. Aliás, vai na sequência de uma iniciativa europeia — a iniciativa «Objetivo Território 2020» —, no sentido de garantir uma boa articulação, uma boa programação do próximo quadro financeiro de apoio.

Esta proposta foi alvo de um alargado consenso com autarcas,...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Oh!...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — ... com as CCDR...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Concluo, Sr. Presidente, reafirmando que esta proposta de reforço das entidades intermunicipais vai no sentido do reforço da coesão social, do planeamento territorial e do desenvolvimento regional.

Naturalmente, é importante respeitar a decisão do Tribunal Constitucional. Não tenho dúvidas de que esta Assembleia o fará, mas o desafio que lanço é o de que o Partido Socialista tenha uma atitude positiva no sentido de encontrar uma solução que sirva o País, que reforce o intermunicipalismo.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Deixo este desafio ao Partido Socialista, estando certo também de que o consenso não se esgota nos partidos. Estamos certos que, nomeadamente, os autarcas estarão interessados no reforço do intermunicipalismo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado António Prôa, dizendo que houve um grande consenso à volta desta lei...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Contra!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Foi um consenso contra aquilo que a maioria propôs!

Aplausos do PS.

Um grande consenso, não apenas nesta Assembleia da República, por parte dos partidos da oposição, como de todos os autarcas contra esta lei.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Todos!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Deputado António Prôa, a sua intervenção coloca a questão de saber se, estando já o Governo num estado de negação, a maioria também já se coloca nessa posição. Na verdade, o que diz a decisão do Tribunal Constitucional é que, de facto, esta lei está...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não é a lei, são três normas!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Absolutamente! As três normas que foram chumbadas pelo Tribunal Constitucional eliminam completamente esta lei!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Por completo! Não há atribuições e competências!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Portanto, do nosso ponto de vista, esta é uma lei morta.

A esta Assembleia da República cabe agora, naturalmente, analisar as propostas que a maioria trará para uma nova lei sobre as comunidades intermunicipais.

Nós alertámos sempre para a questão da criação de um estatuto próprio, um novo estatuto para as comunidades intermunicipais, e, mais uma vez, a maioria e o Governo não ouviram a voz da razão, que era a voz do PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Quanto à questão que o Sr. Deputado Paulo Sá colocou sobre este pacote apresentado pela maioria e pelo Governo relativamente à reforma da administração local, temos vindo a demonstrar, através dos nossos votos, a nossa oposição às propostas deste Governo.

No entanto, queria salientar aqui o seguinte: dois anos volvidos desde o momento em que, em outubro de 2011, foi apresentado o Documento Verde sobre a reforma do poder local, temos um absoluto impasse nesta reforma. Impasse, por um lado, na lei das freguesias, porque não sabemos como vai realizar-se o próximo ato eleitoral autárquico e, além do mais, sabemos que esta lei das freguesias traz mais despesa ao Estado; impasse, por outro lado, na lei das comunidades intermunicipais, porque não sabemos o que o Governo vai fazer agora, nem o que a maioria vai propor, relativamente a este chumbo do Tribunal Constitucional; e impasse, ainda, na lei das finanças locais que está «embrulhada» em contradições nesta Assembleia, uma vez que a maioria avança e recua dentro das suas próprias propostas.

Vozes do PS: — Isto é tudo uma grande trapalhada!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Além de que também tínhamos a lei eleitoral autárquica, que a maioria resolveu remeter para as calendas!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, ainda bem que trouxe a debate, neste Plenário, a recente decisão do Tribunal Constitucional.

Sem prejuízo de voltarmos a debater esta matéria, porque ela será obrigatoriamente discutida no Parlamento,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — ... penso que é um bom exercício para todos nós fazer a reflexão sobre o significado desta decisão do Tribunal Constitucional.

Admira-me muito que o Sr. Deputado António Prôa diga que o Tribunal Constitucional se pronunciou só sobre «duas coisinhas».

Sr. Deputado, a decisão do Tribunal Constitucional vai direta ao coração desta lei, vai direta às duas questões fundamentais, que eram a criação e o alargamento a todo o território nacional das CIM, mas vai também à delegação de competências. Aliás, basta lembrar o debate que aqui tivemos, em que o ex-Ministro Miguel Relvas veio aqui defender, com ênfase e com muita força anímica este diploma, para perceber qual era o centro da lei. E também para perceber que isto é uma derrota estrondosa para o Governo e para os partidos da maioria, incluindo o CDS, se me permite, que estive muito incomodado com a lei, mas não tocou em nenhum dos aspetos fundamentais, foram sempre umas «florinhas».

Afinal, as oposições tinham razão. Mais do que isso, Srs. Deputados: os autarcas tinham razão!

Esta lei foi aqui apresentada com arrogância, com prepotência, contra tudo e contra todos; como chegámos aqui a dizer várias vezes, contra o vosso próprio povo. Os senhores não ouviram os autarcas do PSD (PSD, entre aspas, Sr. Deputado; compreendeu bem o que lhe quis dizer...). Foi por arrogância e prepotência que quiseram impor uma lei profundamente antidemocrática e ultracentralista, Sr. Deputado.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Isso é que não é!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Por isso, não venha agora aqui falar do intermunicipalismo. Aliás, é sobre isto uma das questões que lhe quero deixar.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr.^a Deputada, faça favor de concluir.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Intermunicipalismo? Com toda a certeza! E pergunto ao Sr. Deputado Miguel Freitas se não entende que, agora, sim, depois da lei morta, é tempo de debater a sério, e com todos, este problema.

Foco uma última questão: esta decisão não fica por aqui, Srs. Deputados. Esta decisão do Tribunal Constitucional também põe em causa a própria lei das finanças locais, como iremos ver muito em breve.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa, do CDS-PP.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, hoje trouxe-nos aqui um exercício legítimo e importante. A questão tem sido centrada no chumbo do Tribunal Constitucional, e parece-me importante que a analisemos, mas não foi só isso que nos trouxe aqui.

Para dar uma palavra em relação a essa questão, o CDS irá, obviamente, analisar com cuidado a decisão do Tribunal Constitucional para perceber a necessidade das alterações que é preciso fazer no sentido de ir ao encontro desta decisão.

Respeitamos as instituições, embora possamos discordar quanto a algumas matérias, que por vezes também não são consensuais dentro do próprio Tribunal Constitucional — por exemplo, na questão da delegação de competência, cinco juízes votaram a favor desta proposta -, e por isso teremos de analisar a decisão com o devido cuidado.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — E oito votaram contra!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Também a questão do reforço das freguesias não foi tocada nesta lei, o que é de salientar.

O Sr. Deputado trouxe-nos aqui várias perspetivas da organização territorial do Estado, mas pareceu-me haver algum saudosismo em relação ao passado, pelo que gostava de lhe fazer algumas perguntas concretas.

Vai o Partido Socialista, num futuro — sabe-se lá bem quando... —, quando, eventualmente, exercer o poder governativo, recuperar os governos civis?

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Vai, vai!...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Foi dito aqui que os governos civis acabaram à pressa. Então, queremos saber: o Partido Socialista quer recuperar os governos civis? O Partido Socialista quer recuperar o refendo ou quer fazer a regionalização por via administrativa, quando foi chumbada?

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Quanto à reforma do Estado, Sr. Deputado, pelos vistos, boas ideias terá o Partido Socialista sobre esta matéria... É pena que não tenha querido pertencer à comissão para a reforma do Estado que a maioria aqui quis criar, onde, aí sim, poderíamos debater essas ideias tão boas que, pelos vistos, o PS e o Sr. Deputado têm.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para responder aos dois pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas, do PS.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Helena Pinto, no que respeita à questão que nos coloca, somos favoráveis ao intermunicipalismo e julgamos que essa é uma matéria que deve ser debatida de forma séria na Assembleia da República. Mas encarámos sempre o intermunicipalismo com um carácter voluntário, exatamente porque ele não consta da Constituição enquanto uma autarquia.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Para nós, como é evidente, o respeito pela Constituição é aquilo que guia a nossa ação.

Daí remeto e respondo também à questão do Sr. Deputado Altino Bessa, lembrando que os governos civis constam na Constituição. Os senhores acabaram com os governos civis, que consta na Constituição, e queriam criar uma nova autarquia que não consta na Constituição.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP Altino Bessa.

Era isto que os senhores queriam fazer, ou seja, acabar com 18 governos civis para criar 23 comunidades intermunicipais, com mais despesa pública, com mais despesa pública, com mais despesa pública... Esta é a questão essencial, Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E a fiscalização?

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Estamos verdadeiramente preocupados com o futuro, e queria lembrar aqui ao Sr. Deputado que o PS, a seu tempo, apresentou a esta Assembleia da República uma proposta concreta para a discussão da reforma do Estado. Os senhores chumbaram-na e, depois, num rebate de consciência, apresentaram a esta Assembleia da República a criação de uma comissão eventual para discutir a reforma do Estado.

Ora bem, Sr. Deputado Altino Bessa, os senhores continuam sozinhos, e pensamos que com a reforma do Estado vai acontecer exatamente aquilo que aconteceu com a reforma da administração local. Se avançarem com essa reforma da forma como estão a pensá-la, vamos ter uma reforma falhada. Uma reforma falhada é aquilo que vamos ter com as propostas e os procedimentos que este Governo e esta maioria propõem a este Parlamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Pinto, do PS, para intervir ao abrigo do artigo 76.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há homens que, por circunstâncias as mais diversas, dedicam a vida, a sua vida, a uma causa maior, a lutar por um ideal — o da justiça, da fraternidade e da liberdade universal. São homens que trazem o inconformismo no sangue, que são inteiriços de coluna e insubmissos a toda a espécie de jugos.

Trago aqui hoje um desses homens, Aquilino Ribeiro, beirão das terras que batizou do demo, natural do distrito de Viseu.

Conheci-o às escondidas, pelo seu legado, pelos seus livros, 10 anos depois da sua morte, nos anos 70, ainda quando os «lobos uivavam» e a censura reprimia a expressão.

Interpelado desde então, aqui o partilho hoje nesta Casa, na Assembleia da República, volvidos 50 anos sobre a sua morte, que se cumpriram precisamente no dia 27 de maio.

Trago aqui a esta tribuna o homem, mas também o escritor, o cultor da palavra, o intérprete dos sons e o político inquebrantável na defesa dos direitos do seu povo, das suas gentes, do seu território. Na defesa, também e sempre, do interior de Portugal, ou não tivesse ele nascido no Carregal, aldeia de Sernancelhe, vivido em Soutosa, aldeia de Moimenta da Beira, calcorreado Vila Nova de Paiva, Sátão, Viseu, Lamego e tantos e tantos outros locais, nomeadamente, dos distritos de Viseu e da Guarda.

Encontramo-lo igualmente aqui, em Lisboa, em várias lutas, em vários movimentos; ou também no Porto ou em Beja.

De todos os locais nos deixou marcas, retalhos, diálogos mais ou menos ficcionados na sua vastíssima obra literária, ante um regime que sempre lhe quis açaimar a sua prosa carregada de verdades duras.

Foram inúmeras as geografias sentimentais de Aquilino, foram muitos os seus espaços de intervenção, foram intensos os seus trajetos em 78 anos de vida.

Quem nunca saboreou nacos dessa prosa aquiliniana? Dessa prosa telúrica, prenhe de uma cultura genuinamente beirã? Dessa prosa densa de recortes de vida?

Quem nunca sorveu textos, outrora censurados porque em defesa dos seus oprimidos e calejados concidadãos residentes nas serranias da Nave, de Leomil ou da Lapa?

Quem não conhece figuras míticas — o Malhadinhas ou o juiz de Barreiras? Ou essas obras intemporais — *O Romance da Raposa*, *O Livro da Marianinha*, *A Casa Grande de Romarigães* ou *Quando os Lobos Uivam*?

Estas e tantas outras obras fizeram, e fazem, de Aquilino Ribeiro, evidentemente, um dos nossos maiores escritores do século XX. Evidência que nos é dada pela vastíssima obra publicada, mas também pela proposta do seu nome, por escritores de diversos países, para Nobel da literatura. Evidência que, em 2007, levou a Assembleia da República a conceder aos seus restos mortais honras de Panteão Nacional, local onde repousam aqueles que, pela grandeza das suas vidas e pela grandeza das suas obras, se perpetuam para além da debilidade da nossa memória, da memória humana.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Contudo, a vida de Aquilino foi também uma vida de exílios. Começaram bem cedo, em 1908, aos 23 anos, quando, como opositor da monarquia, se viu exilado em Paris, onde estudou até que a implantação da República o trouxe, de novo, a Portugal para ser professor no Liceu Camões e bibliotecário na Biblioteca Nacional.

E é Paris que, em 1927 e 1928, o recebe de novo como exilado. Nestes dois casos, por participação em movimentos militares contra a ditadura entretanto instaurada e que veio a abrir as portas a Salazar. No segundo caso, depois de ser preso em Mangualde e se ter evadido do presídio do Fontelo, em Viseu.

E foi precisamente em Paris, durante este terceiro exílio, que nasceu o seu segundo filho, Aquilino Ribeiro Machado, falecido em outubro de 2012, que foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa; o primeiro eleito democraticamente, nas listas do Partido Socialista, depois da Revolução de Abril de 1974. Aqui também o evoco: um lutador, um democrata, também um homem de causas.

E se Aquilino foi, de facto, um grande escritor, ele foi de igual modo um enorme político, que pagou cara a sua dureza de cerviz. Ou não tivesse estado ele ao lado de Norton de Matos e apoiado Humberto Delgado; ou não tivesse ele inspirado e se inspirado no MUD; ou não tivesse ele sempre lutado pelo seu povo contra as injustiças de um regime em que reinava o nepotismo.

Defensor incansável da sua terra, do interior, onde pontifica um povo de rija têmpera, Aquilino veio a ser perseguido e enxovalhado no final dos anos 50, na sequência do seu romance, entretanto apreendido, *Quando os Lobos Uivam*, que nos representa a saga dos beirões ante o Estado Novo na defesa dos terrenos baldios.

E se muitos o esqueceram, e esquecem, Viseu e a região lembram-no.

O seu nome está ligado à Fundação Aquilino Ribeiro, sedeadada em Soutosa, integrada pelos municípios de Moimenta da Beira, de Sernancelhe e de Vila Nova de Paiva; ao Centro de Estudos Aquilino Ribeiro; à escola básica dos 2.º e 3.º ciclos de Vila Nova de Paiva; à biblioteca municipal de Moimenta da Beira; ao auditório municipal de Sernancelhe; ao parque da cidade de Viseu; à revista *Aquilino*; a colóquios; a conferências; a exposições; a feiras; e à toponímia, nos mais diversos locais.

Ainda recentemente, em abril, foi a Sociedade Portuguesa de Autores visitá-lo e percorrer também os seus itinerários nas Terras do Demo. E este último fim de semana foi marcado por diversas iniciativas nos concelhos de Sernancelhe e de Moimenta da Beira.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se vos trago aqui Aquilino, não é para lhe render mais uma homenagem que, aliás, seria muito mais competente, profunda e empolgante se efetuada — só para situar alguns viseenses que, na atualidade, a ele se dedicam — por Paulo Neto, por Alberto Correia, por Fernando Paulo Baptista, por António Augusto Fernandes, por António Ribeiro de Carvalho, por Henrique Almeida ou por Henrique Monteiro.

Trago aqui Aquilino como um tributo de todos os viseenses, creio que um tributo de todos os portugueses que sentem o seu pulsar, aqui e agora, hoje, porventura, ainda de uma forma mais acutilante, mais forte nestes tempos da ira, em que nos tolhem e querem colher os ventos da esperança.

Evocar Aquilino está, pois, para além da sua própria dimensão e do seu tempo. Evocá-lo é também hoje gritar a revolta contra os ataques do centralismo do Terreiro do Paço, gritar os ataques desferidos contra o interior, os ataques contra os municípios,...

Aplausos do PS.

... os ataques contra as freguesias, os ataques aos tribunais, ao Serviço Nacional de Saúde e à escola pública. Afinal, àqueles serviços e instituições que verdadeiramente diferenciam e dão sentido à ocupação de todo o território nacional, com particular ênfase para o interior de Portugal.

Evocar Aquilino é, também hoje, uma luta. Uma luta permanente pela defesa da nossa dignidade, das nossas espécies, dos nossos produtos mais genuínos, da nossa diversidade cultural.

Termino, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com uma das frases mais citadas de Aquilino, um *ex libris*, um grito de esperança: «Alcança quem não cansa».

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — O Sr. Deputado Acácio Pinto falou ao abrigo do n.º 2 do artigo 76.º do Regimento, que diz que cada Deputado tem direito a produzir uma intervenção por cada sessão legislativa pelo período máximo de 10 minutos, não contabilizável nos tempos do seu grupo parlamentar.

Vamos entrar no ponto dois da ordem do dia, que consiste na discussão do projeto de resolução n.º 661/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ser de acesso público (BE).

Para apresentar o projeto de resolução, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com a fusão da Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), os relatórios das inspeções às autarquias deixaram de estar disponíveis ao público.

Desde 1995 que a prática era a divulgação integral destes documentos — uma boa prática no que respeita à informação, à transparência da Administração Pública, uma boa prática em relação à prevenção e ao combate à corrupção.

Com este Governo e com as decisões, nomeadamente, do Ministro Vítor Gaspar sobre a política de publicação de relatórios da IGF, opera-se um retrocesso que, do nosso ponto de vista, não tem justificação.

Nesse sentido, a proposta que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda traz a debate é muito simples: recomendar ao Governo que se volte às boas práticas e que todos os relatórios sobre a inspeção às atividades das autarquias locais voltem a ser do domínio público.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Pensamos que com isso será dado um passo importante na transparência e no acesso à informação de todos os cidadãos e cidadãs.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por felicitar o Bloco de Esquerda por ter trazido a esta Casa este projeto de resolução.

Como V. Ex.^a, Sr.^a Deputada Helena Pinto, disse, e muito bem, desde 1995 que os relatórios das inspeções às autarquias, realizados pela IGAL, eram de acesso livre e que a prática era a da divulgação integral dos documentos, incluindo os anexos, à exceção de matéria que estivesse em segredo de justiça.

Lembro aqui que praticamente há um ano, em 16 de outubro de 2012, o Partido Socialista fez uma pergunta ao Governo, ao Sr. Ministro das Finanças, das quais, aliás, Sr. Presidente, não tivemos qualquer resposta, o que lamentamos, mas, infelizmente, é uma prática corrente do Governo não dar resposta às perguntas dos Deputados.

Essas perguntas eram muito claras.

A primeira visava saber se era intenção do Governo, contra o que dispõe a lei da tutela, não tornar públicos e esconder dos municípios e dos cidadãos em geral os relatórios das ações inspetivas às autarquias locais.

A segunda visava saber se era intenção do Governo não facultar aos municípios e aos cidadãos em geral a possibilidade de apresentarem denúncias *online* à entidade encarregue do exercício da tutela.

Não tivemos, de facto, resposta. Mas, curiosamente, no final do ano transato — 2012 —, a Inspeção-Geral de Finanças produziu um conjunto de regras para a divulgação dos seus relatórios, passando a ser norma a utilização do resumo como elemento de divulgação, resumos esses que passaram a ser previamente homologados pelo Ministro das Finanças, não podendo ultrapassar, note-se, as 30 linhas e os 1000 caracteres para as conclusões e mais 1000 caracteres para as recomendações. Sr. Presidente, consideramos, no mínimo, este despacho ridículo.

Mais: o que está aqui em causa, como a Sr.^a Deputada Helena Pinto disse e muito bem, é a diferença entre transparência e opacidade; o que está aqui em causa é que os cidadãos, numa sociedade democrática, têm direito à informação; o que está aqui em causa é que numa sociedade de informação não se compreende esta medida e, como diz o povo, «quem não deve, não teme». Desde logo, aqueles que são inspecionados pelo seu bom nome para afastar todas as suspeitas, têm todo o direito a querer que todos saibam a verdade, que todos saibam a realidade dos factos.

Também deixo aqui uma pergunta muito simples, Sr.^a Deputada...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Conclua, Sr. Deputado, se faz favor.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Termina, Sr. Presidente.

A pergunta é: qual a explicação, porquê este regresso ao passado, tão pouco transparente? Qual a explicação para haver tanta opacidade, hoje, nessas inspeções?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Guerra.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No âmbito do compromisso de eficiência, o Governo determinou como uma das linhas do PREMAC a integração da IGAL na IGF, procedendo ao respetivo ajustamento das atribuições.

É uma medida estruturante, integrada numa nova fase da reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar mais eficiente e racional na utilização de recursos, eliminando redundâncias, diminuindo custos de funcionamento e, conseqüentemente, reduzindo a despesa pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Quanto ao exercício da tutela sobre as autarquias locais, são evidentes as vantagens de existir apenas uma única entidade inspetiva, quer em termos da otimização de recursos disponíveis, quer pelos óbvios ganhos de escala. Aliás, o que, pese embora de forma implícita, é admitido por VV. Ex.^{as}, ao reconhecerem no texto da iniciativa, que desta integração não resulta qualquer prejuízo da obrigação inspetiva a que o Estado está adstrito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — A atividade inspetiva existe, como sempre existiu, e os resultados são encaminhados à tutela e a outras entidades, sempre que esteja em causa a efetivação de responsabilidades administrativas, financeiras, tutelares e criminais. Apenas com uma diferença: agora, são apurados com recurso a critérios uniformes, mais rigorosos e objetivos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma leitura menos atenta da iniciativa em debate pode erradamente levar-nos a concluir que o que está em causa é a negação absoluta do acesso à informação. Mas tal não corresponde à verdade, como passaremos a demonstrar.

Facto n.º 1: a síntese de todos os relatórios, nos diferentes domínios e sectores em que a IGF exerce o seu controlo estratégico, é objeto de publicação.

Facto n.º 2: por força da integração da ex-IGAL na IGF, esta, aquando da sua intervenção junto das autarquias, passou a prever a existência de metodologias e guiões partilhados, os quais são também alvo de divulgação.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Facto n.º 3: ainda que os relatórios nem sequer fossem publicados, o que não é o caso, como já tive oportunidade de referir, a sua consulta e a sua obtenção estão sempre asseguradas nos termos previstos na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.

Ainda assim, cumpre-nos salientar que encaramos a transparência da atividade na função pública como um mecanismo importantíssimo na melhoria da nossa democracia. Defendemo-la como nenhum outro partido!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Exemplo disso mesmo, deu este Governo, ao tornar públicos dados, no seu *site* institucional, o que nenhum outro, até à data, ousou fazer, como o acesso a vencimentos de cargos políticos com indicação de nomes, de nomeações, de categorias, entre outros.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No combate à corrupção a qualidade inspetiva assume lugar de destaque, mas isso não invalida reconhecermos — repito, reconhecermos — o papel importante, ainda que de complementaridade, que o acesso à informação detém nestas matérias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de acesso à informação, designadamente através da *Internet*, podemos dizer que o início da entrada deste Governo em funções representou um verdadeiro «apagão informático»,...

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... porque, na verdade, o portal do Governo, que deveria servir para que os cidadãos pudessem obter informação sobre a atividade governativa mas com acesso aos documentos em discussão pública, aos documentos aprovados pelo Governo, aos *dossiers*, aos estudos encomendados pelo Governo sobre as mais diversas matérias, a relatórios oficiais, etc., e tudo isso desapareceu, passou a ser uma espécie de fotobiografia recente dos membros do Governo,...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... em que se multiplicam as fotografias do Primeiro-Ministro e dos demais Ministros nas mais diversas ocasiões. São fotografias verdadeiramente aperfeiçoadas para que não se vejam os protestos que estão à porta ou nas imediações dos locais onde os membros do Governo se deslocam. É grave que assim seja porque, de facto, os cidadãos são privados do acesso a um conjunto de informação muito relevante para que possam conhecer aspetos fundamentais da atividade governativa.

Relativamente à questão aqui colocada, entendemos que ela é pertinente e que os relatórios da antiga Inspeção-Geral das Autarquias Locais, em má hora extinta, atual Inspeção-Geral de Finanças deverão ser tornados acessíveis ao público quando chegarem à fase final.

Evidentemente, não defendemos a publicação de documentos preparatórios ou de relatórios que ainda não tinham sido submetidos ao necessário contraditório e objeto do relatório final, isso é óbvio — os documentos preparatórios não devem ser de acesso público —, mas os relatórios finais devem ser sempre de acesso público. Infelizmente, não são e não nos satisfaz a ideia de que alguém no Ministério faz um «resumozinho» que depois disponibiliza, não tendo os cidadãos quaisquer condições para verificar se esse resumo corresponde exatamente àquilo que consta dos relatórios.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente! Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, achamos que os relatórios finais devem ser tornados públicos e lamentamos esta política de filtragem da informação, que substitui a informação que devia ser fornecida aos cidadãos por mera informação propagandística da atividade do Governo, que pode ser encontrada em qualquer órgão de comunicação social e transcrita até de uma forma muito mais fidedigna do que aquela que o Governo se encarrega de fazer.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferreira Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Neto.

A Sr.^a **Margarida Neto** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Debateremos o projeto de resolução do Bloco de Esquerda que recomenda ao Governo que os relatórios das inspeções às autarquias voltem a ter acesso público.

A Constituição da República Portuguesa estabelece a tutela administrativa do Governo sobre as autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica.

Esta tutela, no respeito pelo princípio da autonomia local, «consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos» e materializa-se especialmente na tutela inspetiva, através de ações sistemáticas de auditoria.

Com uma função preventiva e uma função dissuasora, visa tutelar a legalidade e a regularidade da atividade das áreas de intervenção das autarquias locais e contribuir para uma boa gestão financeira dos dinheiros públicos que respeite o direito dos cidadãos contribuintes à boa Administração e a prossecução do interesse público.

As informações e relatórios que resultam do exercício da tutela administrativa inspetiva constituem também um instrumento de informação ao cidadão e ao munícipe, assumindo uma função elucidativa dos contribuintes.

Este Governo optou, e bem, pela integração da Inspeção-Geral da Administração Local na Inspeção-Geral de Finanças, que não só tem colaborado com a ex-IGAL como está mais vocacionada para a condução de uma inspeção especializada. Esta fusão permitiu a criação de uma única Inspeção-Geral reforçada.

Relativamente à publicação dos relatórios, que anteriormente se encontravam disponibilizados no *site* da ex-IGAL, gostaria aqui de lembrar que o CDS foi pioneiro nesta preocupação agora apresentada pelo Bloco. O CDS questionou o Ministro da tutela em audição regimental na comissão parlamentar competente, e o CDS questionou também o Sr. Ministro das Finanças sobre esta matéria.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Margarida Neto** (CDS-PP): — Consideramos que a divulgação de informação, a par da consagração de meios expeditos de aproximação e denúncia dos cidadãos, constitui o passo determinante em democracia que permite pôr em prática, sem filtros, a dimensão positiva do princípio da Administração aberta e da participação dos cidadãos nas decisões e nos procedimentos administrativos.

Concordamos, por isso, com a republicação de relatórios elaborados pela ex-IGAL.

Em relação aos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças, está prevista a disponibilização do relatório de atividades da IGF, além de uma síntese detalhada do resultado das suas intervenções, permitindo o controlo relativamente aos seus objetivos, aos principais problemas detetados, às alterações e melhorias propostas e ao grau de cumprimento e adoção dos procedimentos corretivos que deverão ser aplicados pelas entidades alvo de intervenção.

Para terminar, embora nada obste a que todos os cidadãos interessados tenham acesso aos documentos administrativos, incluindo as versões integrais de relatórios, através da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), concluímos que esta solução se revela manifestamente indireta, burocrática e morosa, tratando-se de um procedimento suscetível de constrangimentos na obtenção de documentos junto desta entidade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dizer que nos congratulamos com o consenso em torno desta iniciativa.

No entanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me deixar só alguns breves apontamentos.

A Sr.^a Deputada Ângela Guerra disse que uma leitura menos atenta desta proposta poderia levar a crer que existia uma inibição total de acesso aos documentos. Ora, como sei que a Sr.^a Deputada não fez uma leitura menos atenta — bem pelo contrário, fez uma leitura muito atenta —, percebe que isso está aqui exatamente plasmado, quando dizemos que agora é necessário um requerimento a solicitar a informação e que, sendo recusado, se segue um longo processo, primeiro, na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e, eventualmente depois, nos tribunais.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Não foi isso que eu disse!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Isto, como, aliás, a Sr.^a Deputada Margarida Neto acabou de afirmar. Ninguém aqui diz que não há acesso.

A única questão que aqui se coloca é uma questão de absoluta transparência e da postura do Estado perante o acesso à informação. Isto é, se facilita e favorece ou se, pelo contrário, restringe e o torna mais difícil.

Penso que estamos todos de acordo em que é necessária esta posição pró-ativa por parte da administração central, de disponibilizar, de facilitar, de mostrar. É isso que as boas práticas, em todo o lado, mandam implementar.

Por outro lado, entendo que o PSD queira aqui dizer que é um partido que, como nenhum outro, defende a transparência. Compreendo. Mas, Sr.^a Deputada, o facto é que os relatórios, desde 1995, desapareceram, deixaram de lá estar. E não pode ser! Não pode ser!

Quem defende a transparência, defende que aquele acervo que é importante para que se entendam os processos, inclusivamente para o reforço do poder local, esteja disponível.

Por isso, são necessárias estas duas medidas: uma, a de tornar de acesso público tudo desde 1995, e a outra, a de, a partir de agora, tornar públicos todos os documentos.

Penso que, com estas medidas, a democracia vai ganhar. E isso é que é o mais importante.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Guerra. Dispõe de 21 segundos.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em face das anteriores intervenções, e apenas para que fique bem esclarecido, Sr.^a Deputada Helena Pinto, em abono da verdade, e para que todos os portugueses o entendam nas suas casas, permita-me sublinhar o seguinte: nós não desvalorizamos, com aquilo que eu disse, o direito de acesso à informação. Bem pelo contrário, sempre defendemos o direito à informação e também a transparência.

Entendemos é que não é pelo facto de os relatórios serem ou não integralmente públicos que o combate à corrupção é feito, que é isso que é dito no vosso documento.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Exato!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Pelo contrário, Sr.^a Deputada, a corrupção previne-se, combate-se com uma inspeção de qualidade — e é isso que temos.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Concluo já, Sr. Presidente.

E deixa-nos muito tranquilos o facto de a IGF ter obtido, em dois períodos consecutivos, por parte da Comissão Europeia, o primeiro lugar na avaliação do desempenho das Autoridades de Auditoria dos 27 Estados-membros.

Mais: os 280 processos que «pairavam» na IGAL já estão, neste momento, concluídos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Srs. Deputados, terminada a discussão do projeto de resolução n.º 661/XII (2.^a), vamos passar à apreciação conjunta dos projetos de resolução n.ºs 477/XII (2.^a) — Recomenda a criação de condições para que os portugueses com uma formação académica ou profissional especializada não tenham de emigrar e para que possam regressar aqueles que abandonaram o País (PS) e 736/XII (2.^a) — Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre emigração (PCP).

Para apresentar o projeto de resolução do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pisco.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PS apresenta hoje esta iniciativa para dar um contributo para acabar com a descrença que se instalou no País e ajudar o Governo a ganhar consciência de que tem de agir para contrariar os elevados fluxos migratórios, entre outras coisas, porque poderá estar em causa a sustentabilidade económica a médio prazo, como alertou recentemente o Banco de Portugal.

Aparentemente, este alerta «caiu em saco roto». E, no entanto, os sinais de alarme provocados pelo aumento brutal da emigração têm-se multiplicado nos últimos tempos: sangria de médicos e profissionais de

saúde, de engenheiros e arquitetos, de profissionais especializados nas mais diversas áreas, empurrados por um empobrecimento generalizado e por uma asfixiante situação económica, social e fiscal.

Depois de o Governo ter tido a infeliz ideia de apelar aos portugueses para emigrarem porque não havia lugar para todos, a descrença instalou-se de tal maneira que não há hoje quem não pense emigrar. Já basta os mais de 5 milhões de portugueses espalhados pelo mundo sem que o Governo lhes dê a atenção que merecem, investindo em políticas sólidas que os valorizem e reconheçam a sua importância para Portugal.

Nós não aceitamos que os portugueses sejam empurrados para fora do País. Queremos que o Governo se esforce, como é seu dever, para criar condições para ficarem, porque esse é o primeiro direito de cada cidadão: o de ficar junto dos seus e de quem neles investiu para que possam pôr a sua energia criadora ao serviço do desenvolvimento do País.

Queremos que tudo seja feito para que os nossos cidadãos tenham as mesmas oportunidades que lhes são oferecidas noutros países, o que também proporcionará aos que partiram a possibilidade de regressarem para aplicarem a sua experiência em Portugal, tal como o próprio Presidente da República defendeu nas últimas celebrações do 5 de Outubro.

A recomendação que aqui apresentamos é um alerta para a necessidade de estancarmos a acelerada perda de recursos qualificados, que, segundo a OCDE, rondará os 20%. Não podemos ficar impávidos a vê-los partir, como uma fatalidade, numa repetição dos anos mais negros da história da nossa emigração. Pela inação não resolveremos os problemas do presente; pelo contrário, estaremos a criar outros bem mais graves que poderão comprometer o nosso futuro.

Não afirmamos aqui nenhum preconceito em relação à mobilidade profissional, tal como não esquecemos os que emigram com menos qualificações. Todos fazem falta. Queremos apenas alertar para um estado de espírito aterrador que leva a que 7 em cada 10 universitários admita a possibilidade de abandonar o País depois de concluir os estudos, por não encontrarem empregos compatíveis com a sua formação, porque os salários são baixos ou não vislumbram perspetivas de carreira. Um estado de espírito que levou também a que cerca de 75% dos trabalhadores no ativo aceitassem sem hesitar uma oferta de trabalho no estrangeiro.

Os desempregados ultrapassam 1 milhão, cerca de metade dos quais nem sequer tem direito a quaisquer apoios, e 42% são jovens. A precariedade entre os diplomados tem aumentado «a olhos vistos» e os salários que lhes oferecem são indignos. Isto é socialmente insustentável e conduz a um inaceitável desperdício dos nossos recursos humanos, que são cobiçados em muitas partes do mundo pelas suas qualidades e competência.

Estes dados são o retrato de um País derrotado e de um povo pronto para lhe virar as costas, que não podemos permitir que se agrave. O Governo tem de investir com convicção e empenho no crescimento e em políticas ativas de emprego para contrariar a emigração, em geral, e os que têm qualificações académicas ou profissionais, em particular. O Governo tem ainda de tornar eficazes os programas que poderiam ajudar a combater estes problemas, que estão muito longe de dar uma resposta satisfatória.

A Garantia Jovem, que o Secretário-Geral do PS e os socialistas europeus tanto defenderam — e que finalmente foi aprovada pelo Conselho Europeu, mas que esta maioria começou por rejeitar —, poderá ser muito melhor aproveitada para atenuar o grave problema dos mais de 166 000 jovens desempregados.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Pisco** (PS): — Como sempre acontece com a emigração, uma grande maioria dos que partem são jovens, o que, além de acentuar a nossa já dramática situação demográfica, vai atingir a nossa capacidade inovadora e de transformação da sociedade. Ninguém, mas principalmente o Governo, pode ficar indiferente a esta situação. Há que agir agora, para que os nossos filhos possam viver no País onde nasceram, como é próprio das nações verdadeiramente desenvolvidas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se a emigração é hoje um drama para muitos portugueses, também é um drama tentar perceber e conhecer melhor esta realidade, porque não existem dados para a caracterização da mesma. Ora, é precisamente isto que determina a apresentação deste projeto de resolução do PCP, porque não temos quaisquer dúvidas de que é preciso conhecer melhor a nossa emigração, tanto a mais antiga como a mais recente.

O discurso do Governo, muitas vezes, enviesa a realidade da emigração ao referir que o aumento das remessas dos emigrantes é o apoio dos emigrantes à política do Governo, esquecendo que muitos daqueles que hoje emigram deixam muitas dificuldades, muitas dívidas em Portugal, o que determina um aumento das remessas, ou que muitos daqueles que estão hoje no estrangeiro têm uma necessidade enorme de ajudar as suas famílias, os seus pais, os seus familiares mais próximos, que, hoje, passam muitas dificuldades, em Portugal.

Mas também na perspetiva da informação, essa realidade é deturpada. Basta ver os programas existentes sobre esta matéria — na Antena 1, temos *Portugueses no Mundo* e na RTP *Portugueses pelo Mundo* —, que não se cansam de retratar casos de emigração de sucesso, mas nunca nos falam daqueles emigrantes que são esfaqueados quando lá chegam e, depois, são remetidos pelos serviços do Estado português em autocarros para Portugal, ou dos emigrantes que têm de dormir nas estações de comboio, ou dos emigrantes que são explorados e posteriormente abandonados por empresas de trabalho temporário.

Hoje, os emigrantes têm piores condições em termos de direitos do que os emigrantes da década de 60.

E esta distorção da realidade coincide e coexiste com um aumento brutal da emigração. Nos últimos tempos, os mais de 130 000 inscritos nos consulados ou a referência de 1500 a 1600 portugueses que obtêm mensalmente os títulos de residência na Suíça dão-nos a noção clara do aumento brutal da emigração.

Por isso, o PCP apresenta este projeto de resolução, em que propõe: a elaboração e a apresentação à Assembleia da República de um relatório anual sobre as questões da emigração, que identifique claramente o número de cidadãos emigrantes que saem do País e os países de destino; que se faça uma caracterização socioeconómica, nomeadamente escolar, académica e geográfica da emigração portuguesa; que se identifique e se caracterize as estruturas de resposta consulares — porque, infelizmente, numa altura em que a emigração está a aumentar, as respostas consulares estão a diminuir e a rede consular está em retração —

...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — ... e que se identifique as estruturas formais e informais de apoio e também a situação laboral, social e económica dos emigrantes.

Discutimos também o projeto do PS, que pretende basicamente criar condições para o regresso dos jovens emigrantes com formação e que foi inspirado até, como já foi referido, pela intervenção do Presidente da República, no último 5 de Outubro.

O PCP entende que é fundamental a criação de condições para aqueles que foram obrigados a partir, mas essas condições dão-se também ao criar condições para a larga maioria dos portugueses. O PCP não se tem cansado de falar nisso. Aliás, o centro da intervenção do PCP na Assembleia da República tem sido no sentido da criação de condições para os portugueses.

No entanto, infelizmente, muitas das propostas que apresentamos não contam com o apoio do Partido Socialista nem das bancadas da maioria. Basta ver que quando apresentámos aqui medidas de combate à precariedade e aos falsos recibos verdes, que podiam ser importantes para que os jovens formados não tivessem de sair do País, o PS votou contra e o PSD e o CDS também.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Quando apresentámos medidas para o reforço do número e valor das bolsas no ensino superior, também o PS votou contra, tal como o PSD e o CDS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Ou, quando propusemos o aumento do salário mínimo nacional, da última vez que o fizemos o PS votou uma vez contra e as outras duas absteve-se. O PSD e o CDS negaram esta possibilidade de aumento.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Termino, Sr. Presidente.

Por isso, criar condições para que os emigrantes regressem implica criar melhores condições de vida, valorizar o trabalho e valorizar os salários.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Se os projetos apresentados pelo PCP no sentido de melhorar a condição geral do País tivessem sido aprovados, certamente não havia necessidade de muitos portugueses terem de fugir do nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Nós apoiamos tudo o que for sensato!

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero saudar estas iniciativas.

Indo diretamente ao projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista, começo por saudar os proponentes por terem trazido este tema da emigração jovem a debate nesta Câmara, mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Pisco, que não há jovens emigrantes de primeira e de segunda. Os jovens emigrantes que saem do País, que não têm qualificações, que não são licenciados, devem ter o exato tratamento que vocês preveem neste projeto para os jovens licenciados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nós não fazemos essa diferença!

Aplausos do PSD.

Esta é, de facto, uma situação que merece a nossa preocupação, mas noto uma evolução no discurso do Partido Socialista. Até à crise, a emigração de jovens licenciados, de jovens que procuravam novas oportunidades e novas experiências nesta Europa, que é de todos, era vista como uma oportunidade. Hoje, esta emigração é consequência das políticas deste Governo. Não é não, Sr. Deputado! Esta emigração jovem é a ressaca das políticas dos últimos anos do Governo socialista!

Mas é verdade. V. Ex.^a tem razão quando diz que é preciso encontrarmos soluções para monitorizar a empregabilidade dos nossos cursos. Só que isso, Sr. Deputado, já está a ser feito. O Sr. Deputado está distraído.

Vozes do PSD: — Exatamente!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Desde o ano passado que o Estado português, que o Governo disponibiliza os dados de empregabilidade de cada um dos cursos. Ou seja, aquilo que os senhores propõem já está a ser feito. Enquanto os senhores propõem, nós fazemos!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas o Sr. Deputado também tem razão quando diz que é necessário e urgente que encontremos soluções para que os nossos jovens possam regressar. É isso que estamos a fazer com todas as reformas que estamos a aprovar nesta Câmara e no Governo.

Protestos do PCP.

Estamos a construir soluções, a arranjar políticas para que os jovens que hoje emigram possam regressar para o nosso País, porque é isso que nós queremos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Em Portugal, 38% dos jovens com menos de 25 anos no mercado de trabalho estão desempregados, a economia está em recessão e o mercado de trabalho está contraído, como todos sabemos. O desemprego, e o desemprego jovem em particular, são disso uma óbvia consequência.

Perante isto, é natural que os nossos jovens queiram procurar melhores oportunidades no estrangeiro. Algo que não podemos nem devemos impedir, pois esta necessidade é uma realidade.

Agora, aquilo que podemos e devemos fazer é trabalhar para a recuperação da economia, promover medidas para o emprego e preparar o futuro. E o futuro prepara-se com mais informação e com uma melhor adequação da oferta educativa às necessidades das empresas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Mas a verdade, e todos o sabemos, é que a parte fundamental do problema do desemprego, que conduz à emigração, só será resolvida com uma economia em recuperação e em crescimento. Ou seja, não há melhor solução para o problema do desemprego e da emigração do que ultrapassar a crise. E ultrapassar a crise é, antes de mais, continuar as reformas estruturais do Estado.

Se queremos que os nossos jovens, que esta geração bastante qualificada retorne ao nosso País e reponha o investimento que nela foi feito, devemos preparar um País que saiba, que possa e que os consiga receber.

A outra parte do problema é incentivar os nossos jovens a ficar em Portugal. Para tal, a solução é exatamente a mesma. Só o desenvolvimento económico os poderá convencer a ficar.

A par desta urgência, é fundamental que o investimento que o Estado português faz nos seus jovens seja inteligente, coerente e produtivo.

Uma das causas do desemprego, que leva à emigração, é o facto das qualificações dos jovens não estarem relacionadas e articuladas com o exercício de funções profissionais. É necessário reajustar o ensino às necessidades económicas do País, promovendo maior proximidade com as empresas. É essa a posição do CDS e é, de resto, essa a posição da OCDE.

Temos de apostar no ensino dual e na formação profissional, tanto no secundário como no ensino superior, pois estas vias de ensino, apesar de diferentes, promovem proximidade com as empresas e representam uma mais-valia em termos de diversidade de oferta.

Este alargamento da diversidade de oferta educativa tem de ser acompanhado de mais informação, pois só assim os jovens poderão tomar decisões que vão ao encontro dos seus objetivos.

Temos de garantir aos candidatos ao ensino superior um mecanismo de acesso à informação relevante para a livre escolha de cada um quanto ao curso a seguir e à instituição onde o fazer.

Foi exatamente isso que o CDS propôs no seu contrato de transparência, apresentado no projeto de resolução n.º 245/XII (1.^a), no ano passado.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Projeto que foi aprovado, que foi assumido pelo Governo e está a ser posto em prática.

Ora, olhando hoje para o projeto de lei que o PS apresenta, é inevitável reparar na coincidência.

Diz agora o PS que deve ser feito um acompanhamento dos jovens na sua transição entre a formação superior e o mercado de trabalho; que sejam analisadas as condições de empregabilidade nas diversas áreas de especialização académica e profissional e que deve ser disponibilizada essa informação aos jovens, para que melhor possam escolher um curso e uma área de especialização, sem falsas expectativas.

Não há dúvidas: as propostas do PS são pertinentes e muito semelhantes às que o CDS já apresentou no seu contrato de transparência.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Curiosamente, nessa altura, esse projeto só contou com dois votos favoráveis dos Deputados do PS. É pena. Só nos resta lamentar que o PS tenha acordado tão tarde para este problema, pois as vossas propostas, aquelas que fazem sentido, já estão a ser postas em prática.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves.

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos a falar da questão dos fluxos migratórios e, mais particularmente, do projeto de resolução do Partido Comunista, que realmente tem alguma utilidade.

É necessário sabermos quantos portugueses estão a sair. Tenho ouvido as coisas mais inacreditáveis e por vezes pergunto-me se aqueles que emigram merecem este tipo de tratamento na ordem pública.

Gostava aqui de dizer que talvez como nunca se tenha feito um trabalho de ir ao encontro não só das necessidades mas também do conhecimento de quem emigra, quais são as razões por que emigra e muito particularmente onde estão e para onde vão.

É por isso que o atual Governo encetou um conjunto de campanhas. Uma campanha de informação alertando aqueles que saem para as condições que vão encontrar, articulando, pela primeira vez, o trabalho entre as entidades que trabalham nesta área, muito particularmente com as câmaras municipais, através das permanências consulares, um investimento notável em termos de comunidades portuguesas que permite chegar à conclusão da realidade a nível local.

Protestos do PCP.

É verdade que temos de saber quantos saem e procuramos tentar saber quantos saem para impedir claramente que se utilizem os emigrantes para o debate político. Aquilo que lamento é que aqueles que dão um passo para fora de Vila Verde da Raia ou Vilar Formoso, quando passam para o «lado de lá», deixam de contar para algumas bancadas, que continuam a retirar-lhes vários direitos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr. Deputado, tem de concluir. Já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves** (PSD): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Em relação ao projeto do Partido Socialista, gostava de dizer que não reconheço grande legitimidade a um grupo parlamentar que, em 2009 e 2011, votou contra alguns projetos de resolução. Estou a falar de anos em que saíram de Portugal mais de 100 000 portugueses e, na altura, na Assembleia da República, na Comissão de Negócios Estrangeiros, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, face a uma questão do meu grupo parlamentar e de outros grupos parlamentares, disse o seguinte: «Não há emigração, há livre circulação de trabalhadores!».

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves** (PSD): — O que mudou? O que mudou é que o Partido Socialista preocupa-se agora com os emigrantes, mas só se preocupa com alguns!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Um dos objetivos de um governo deveria ser o de construir um país que tivesse futuro para as suas pessoas, para os seus cidadãos, para aqueles que nele nasceram ou que nele querem viver.

De facto, logo no início do mandato deste Governo, tivemos aquela famosa frase do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que dizia que aos jovens restava a emigração,...

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... o que demonstra como não tem sentido de Estado, não percebe que deve cuidar dos nossos e que o nosso País tem de ter respostas para as nossas gerações, para as mais jovens mas também para as menos jovens.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Isso não é verdade! Isso é feio!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sabemos bem a dificuldade que as pessoas têm decorrente das políticas que este Governo tem levado por diante.

O empobrecimento do País, como também foi anunciado ao País por Pedro Passos Coelho, que era um desígnio, que era um objetivo, que era incontornável, levou a uma fuga de pessoas do nosso País, o que, na prática, nos empobreceu a todos realmente, porque muitos deles são jovens com capacidades, com estudos, outros não têm esses estudos, mas deveriam merecer igual consideração nas políticas deste Governo e nas preocupações de todos nós.

Por isso, um País que não cuida dos seus, que diz que é «lá fora» que vão ter de viver o seu futuro é um País que está a hipotecar o seu futuro.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Tem toda a razão!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Vivemos na Europa muitos exemplos de países que tiveram guerras que os destruíram, mas que poucos anos depois se reconstruíram, fruto do conhecimento que tinham, fruto da coesão social que existia e fruto de uma capacidade de inovação que detinham.

Ora, o que temos com estas políticas é a fuga da geração mais capaz que alguma vez tivemos no nosso País, que é empurrada para fora, com perda de competências, de capacidade e força de trabalho. Ao destruir o presente, estamos a destruir o nosso futuro e a nossa capacidade de reconstruir o País que este Governo está a destruir.

É, por isso, com bons olhos que olhamos os dois projetos de resolução em debate. É verdade que temos de ter uma consciência global e real dos fluxos migratórios. É necessário e indispensável. Aliás, o Sr.

Secretário de Estado já tinha dito que esta é uma das preocupações deste Governo, o que tarda é ver medidas que possam ter consequência na análise desse problema.

É verdade também que temos de ter políticas para a economia que criem crescimento. Uma economia onde todos tenhamos lugar e que não obrigue a que muitos, para fazer frente às dificuldades da vida, à falta de trabalho e riqueza, tenham de emigrar para encontrar trabalho, para encontrar emprego noutras paragens.

Temos de parar com o flagelo da emigração e isso passa por uma mudança radical das políticas, para termos uma economia que responda às pessoas e não coloque, como este Governo faz, os mercados financeiros como o suprasumo do destino do País. Não! O destino do País é responder às pessoas, não aos mercados!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminado que está este ponto da ordem de trabalhos, entramos no ponto quatro da ordem de trabalhos, com a discussão conjunta da petição n.º 179/XII (2.ª) — Apresentada por Cristina Maria Ramalho Balonas dos Santos e outros, solicitando à Assembleia da República intervenção no sentido de assegurar a continuação da prestação de cuidados oncológicos pelo Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, e os projetos de resolução n.ºs 731/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a continuidade do Serviço de Oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo (PCP), 733/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de uma plataforma de complementaridade entre os hospitais do Barreiro, Almada e Setúbal para a área da oncologia (BE) e 743/XII (2.ª) — Reclama do Governo medidas que gerem a eficácia do Serviço de Oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo (Os Verdes).

Para apresentar o projeto de resolução do PCP e para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do PCP, quero saudar os 5000 subscritores da petição pela defesa da continuação da prestação de cuidados oncológicos pelo Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e pela defesa da igualdade no acesso aos cuidados de saúde de qualidade.

É para corresponder a esta petição que apresentamos este projeto de resolução e estas propostas concretas.

Propomos que se garanta a continuidade e a diferenciação do serviço de oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo através da contratação dos especialistas necessários, nomeadamente médicos oncologistas, radioterapeutas e enfermeiros especialistas nesta área, de forma a garantir um elevado nível de qualidade e diferenciação, bem como a prestação de cuidados aos doentes em tempo útil.

Propomos e defendemos um modelo de complementaridade dos três serviços de oncologia nos hospitais da península de Setúbal, sem esvaziar, desvalorizar ou degradar a capacidade de resposta e diferenciação dos serviços.

É preciso concretizar, de uma vez por todas, o funcionamento complementar das unidades hospitalares e desenvolver uma plataforma com as unidades da península associada à investigação e ao ensino.

No Barreiro estava garantido o atendimento da doença aguda oncológica, através da presença permanente de um médico oncologista. O grave problema que mais uma vez aqui se coloca é o da carência de profissionais de saúde. A falta de especialistas no Barreiro compromete a sua capacidade para o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento dos doentes oncológicos.

Num curto espaço de tempo, o serviço de oncologia perdeu vários especialistas de oncologia a tempo inteiro, sem terem sido substituídos.

O Governo diz que está consciente deste problema mas, sendo precisos, pelo menos, três especialistas, o Governo só promoveu a abertura do concurso público para a contratação de um médico da especialidade de oncologia e de outro de radioterapia. Ora, tem de ser denunciada esta irresponsabilidade, sobretudo após a realização do grande investimento público que foi necessário fazer para criar um serviço de oncologia e, posteriormente, de radioterapia dotados de tecnologia avançada e que protagonizarão uma melhoria do atendimento aos doentes oncológicos.

Esta situação é tanto mais grave quanto é assumido que a oncologia é a área de desenvolvimento estratégico do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e o motor para a sua diferenciação, atendendo à sua elevada diferenciação técnica.

Por isso, é incontornável apontar o carácter particularmente revoltante, e até desumano, deste tipo de opções políticas, tendo em conta as características e as situações concretas que estão em causa com esta patologia, a situação de vulnerabilidade, de fragilidade e as dificuldades que se tornam ainda mais graves com a instabilidade verificada ao nível dos próprios serviços.

Por isso, queremos aqui saudar e valorizar a luta das mulheres e homens que se organizaram para defender o acesso aos cuidados de saúde oncológicos do Barreiro.

Saudamos a luta dos utentes e dos profissionais de saúde, mas, em particular, saudamos esta resposta de coragem, de firmeza e de dignidade que foi dada pela Associação de Mulheres com Patologia Mamária (AMPM), do Barreiro.

Esta luta, que hoje tem aqui um momento e uma etapa importante, é por uma causa maior, vai continuar e há de vencer, digam o que disserem os Srs. Deputados das maiorias e os sucessivos governos deste País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para apresentar o projeto de resolução do BE, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos a tratar de uma matéria relativa às doenças do foro oncológico que é da maior importância.

As primeiras palavras que dirijo são para saudar os peticionários que, de facto, com a sua petição, desencadeiam a possibilidade de hoje haver iniciativas legislativas em debate, como eu dizia, numa matéria de grande importância.

Sabemos que, em Portugal, há falta de profissionais especializados em oncologia. Existem apenas metade dos médicos necessários para responder a esta questão e também menos de metade dos enfermeiros necessários. E se este é o panorama nacional, também em Setúbal esta situação tem repercussões. Sabemos que, no distrito de Setúbal, segundo os últimos dados disponíveis, a incidência de cancro é de 413 novos casos por 100 000 habitantes, o que significa que temos de encontrar as respostas capazes para dar corpo a este combate. Por isso mesmo, queremos elogiar o percurso do hospital do Barreiro como pioneiro na resposta a esta patologia de tanta gravidade.

Desde há 15 anos que a oncologia tem sido considerada uma área de desenvolvimento estratégico deste hospital, o que, todos sabemos, originou avultados investimentos, entre os quais a instalação de um serviço de radioterapia e a melhoria das condições desta unidade.

Atualmente, o serviço de oncologia do hospital do Barreiro assegura o ciclo completo do tratamento do doente oncológico. O que o Bloco de Esquerda propõe neste seu projeto de resolução é exatamente a implementação, no menor tempo possível, de uma plataforma de complementaridade que consiga congrega os saberes, as respostas e o percurso não só do hospital do Barreiro mas dos hospitais de Almada e de Setúbal. Só assim é possível garantir a sustentabilidade e a diferenciação dos serviços de oncologia e de radioterapia nestes três polos e nesta plataforma que aqui hoje o Bloco de Esquerda propõe. Exige-nos a população do distrito, exigem-nos os doentes com tão grave patologia, exigem-nos as populações que também souberam tomar em mãos esta reivindicação, exigem-nos os profissionais que, com o seu esforço, dedicação e saber, tudo têm feito, no Barreiro, em Setúbal e em Almada para responder a uma situação tão dramática, que é a das pessoas com cancro no distrito de Setúbal.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos finalmente a discutir esta petição que visa assegurar a continuação da prestação de cuidados oncológicos pelo Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.

Gostava, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar Ecologista «Os Verdes», de saudar todos os peticionários e, pessoalmente, as mulheres representantes destes peticionários que vieram hoje, de uma forma obviamente interessada, assistir, na Assembleia da República, a esta discussão gerada pela petição que aqui entregaram.

Como todos sabemos, a petição gera discussão entre os grupos parlamentares, mas não gera uma votação. Por essa razão, Os Verdes entenderam apresentar um projeto de resolução coincidente com as pretensões da petição, no sentido de que todos os grupos parlamentares possam, por via da discussão e do seu voto, assumir os seus compromissos e manifestar, ou não, a sua vontade de resolver, de facto, o que constitui um problema, neste momento, no Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.

O certo é que a unidade de oncologia deste centro hospitalar foi já objeto de diversíssimos investimentos avultados que levaram, designadamente, à instalação de um serviço de radioterapia e que melhoraram continuamente as condições de assistência aos doentes, criando um ciclo completo para o diagnóstico e o tratamento dos doentes oncológicos — de resto, o único na península da Setúbal —, o que permitiu criar um serviço de excelência que agradava àqueles que dele necessitavam. Isto é coisa quase rara, devido à falta de investimento que tem ocorrido por via dos sucessivos governos naquilo que respeita às matérias de saúde.

O certo é que, depois da realização deste investimento, se verificou uma carência de profissionais de saúde especializados, designadamente médicos especializados em oncologia e em radioterapia, o que levou à depreciação continuada deste serviço de oncologia, ou seja, à insuficiência do próprio serviço.

De resto, foi-nos relatado, numa reunião que tivemos com estes peticionários, que foi feita uma cedência por interesse público de um especialista do serviço de oncologia para o Hospital Garcia de Orta.

Não estando obviamente em causa as necessidades de recursos humanos no hospital de Almada, o que não se pode fazer é tirar de um lado, criando dificuldades no Barreiro, neste caso, para colocar noutro, para «tapar buracos» noutro. Ou seja, são dois centros que precisam, obviamente, dos profissionais necessários para acolher e tratar os doentes que necessitam desses serviços.

Pode dizer-se que o centro hospitalar não vai fechar, mas há muitas formas de fragilizar e depreciar os serviços, levando posteriormente ao seu encerramento, mesmo que hoje se diga que não. Ora, isto não pode ser. Estamos a falar de pessoas que precisam de tratamento e, nas suas vidas, um dia conta, pois sabemos quais são as estimativas de galope das doenças oncológicas.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem de terminar, S.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Termino, Sr. Presidente. Por isso, Os Verdes propõem que se garanta a contratação de médicos especialistas em oncologia e radioterapia para beneficiar e pôr em funcionamento este serviço do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo os peticionários da referida petição.

O Centro Hospitalar Barreiro/Montijo é um hospital que tem um quadro de pessoal de excelência, profissionais competentes e capazes, que têm garantido, apesar das dificuldades, uma boa qualidade na assistência aos seus utentes. Este capital humano é o recurso mais importante em qualquer organização.

O hospital do Barreiro foi o primeiro hospital público a sul do Tejo a ter o ciclo completo de diagnóstico e tratamento dos doentes oncológicos, resultado de uma decisão governativa de 2004, da construção da unidade de radioterapia. Isto no tempo em que estava na equipa da saúde, um, hoje, meu colega de bancada, Deputado Adão Silva, que saúdo e a quem agradeço em nome do Barreiro essa mesma decisão. Muitos tiveram um papel importante nessa decisão. Também dei o meu humilde contributo para que tal acontecesse.

A meio de 2012, contudo, existiram alguns problemas com a saída, a pedido dos próprios, de dois médicos.

Com esforço suplementar para os profissionais do serviço, foi, contudo, possível garantir o acesso efetivo e atempado dos cidadãos aos cuidados de saúde e nunca se colocou em causa o diagnóstico ou o tratamento dos doentes.

Reconhecemos que poderiam os responsáveis de então ter sido mais lesto nos procedimentos concursais para a contratação de novos profissionais, mas não é um processo fácil, tendo em conta a sua escassez.

Seria também importante refletir sobre qual ou quais os motivos que levaram à saída, por vontade própria, dos referidos profissionais. Nessa altura, a meio do ano passado, face a estas dificuldades, surge, e bem, uma recolha de assinaturas, por parte da sociedade civil, manifestando preocupação face à possibilidade de encerramento do referido serviço. Eu próprio, enquanto cidadão, subscrevi o documento. Enquanto Deputado, procurei respostas para esta nossa preocupação através de reuniões com diversos responsáveis, tendo mesmo dirigido uma pergunta ao Ministro sobre este assunto. Estávamos em junho de 2012.

As respostas de todas as entidades foram claras: não há orientações, não há qualquer decisão política no sentido de encerrar o respetivo serviço nem de diminuir a sua qualidade. Tal informação mantém-se até hoje, tempo sido repetida à exaustão por responsáveis da área da saúde.

Apesar das dificuldades de recrutamento de pessoal, que existirão sempre e que deverão ter a resposta adequada e atempada, não se compreende que, depois de todos os esclarecimentos dados e das garantias prestadas, alguns — que acordaram tarde para o problema — venham agora, passado um ano, repetir o que já se sabe não ser verdade.

A esquerda radical não serve o Serviço Nacional Saúde, a instituição ou o concelho do Barreiro usando o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo como arma de arremesso político. Acima de tudo, esta lógica de manipulação política, de recurso à repetição sistemática de falsidades, de recurso ao alarme social, não defende as populações nem defende os utentes e doentes daquela instituição, em particular.

Que fique claro, de uma vez por todas: o Serviço de Oncologia do Hospital do Barreiro não vai encerrar nem diminuir a sua qualidade assistencial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Mais: apesar das dificuldades do País, com este Governo, no concelho do Barreiro, já foram inaugurada a Unidade de Saúde na Verderena, e será, em agosto, inaugurada a Unidade de Saúde de Santo António da Charneca, na urbanização Cidade Sol, importantes investimentos para a melhoria das condições no acesso à saúde para as pessoas do meu concelho, investimentos há muito falados mas só agora concretizados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Serpa Oliva.

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero, antes de mais, começar por saudar os peticionários, na pessoa da Sr.^a D. Cristina Maria Ramalho dos Santos, que, em 28 de setembro, fizeram a entrega nesta Assembleia desta petição.

Isto serve já para alertar os proponentes dos projetos de resolução, quer o Bloco de Esquerda, quer o PCP, quer Os Verdes, para o atraso com que deram entrada dos vossos projetos — dia 24 de maio deste ano —, havendo, de facto, quase um intervalo de um ano.

Os dois primeiros projetos de resolução pedem a continuação do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e o do Bloco de Esquerda acrescenta que haja uma plataforma Barreiro/Almada/Setúbal.

Ora, gostaria de dizer que não deve ser com demagogia que se devem discutir estes problemas.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Os senhores sabem tão bem como eu que morrem, em Portugal, anualmente, 22 000 pessoas com cancro e isso devia levar-nos aqui, nesta Assembleia, a ter imenso cuidado quando tratamos estas matérias.

Em segundo lugar, a falta de profissionais especialistas é apontada como um dos problemas mais graves da oncologia em Portugal, mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ser médico oncologista é, efetivamente, uma tarefa árdua, difícil, complexa e nem todos nós médicos estamos dispostos a ser médicos oncologistas. Daí, não é por falta do Governo, não é por falta de vontade de serem contratados, mas, seguramente, é pela pouca existência de médicos oncologistas, por maiores facilidades que lhes sejam dadas para que eles possam assumir os seus lugares.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Para os estrangeiros, qualquer coisa serve!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — Aliás, devo dizer-lhe que não se deve a qualquer opção governativa ou gestonária o encerrar do referido hospital. Portanto, não há nada nesse sentido...

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Nada! Nada!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — ... e o despacho do Sr. Secretário de Estado, visando viabilizar a contratação, já levou a que fossem abertas duas vagas para médicos oncologistas e uma vaga para um médico radioterapeuta, para dois físicos, para dois dosimetristas e para um anatomopatologista,...

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Serpa Oliva** (CDS-PP): — ... sendo que o conselho de administração está com alguma dificuldade em encontrar quem queira ocupar esse espaço. Mas já está aberto esse concurso e podem concorrer a qualquer altura.

Há muito que o CDS defende a oncologia em Portugal. O CDS já apresentou por três vezes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, repito, três vezes, projetos de resolução a recomendar ao Governo que adote de imediato uma reforma da prática da oncologia em Portugal.

Portanto, hoje temos a consciência da importância desses centros de excelência, como também temos a da necessidade da existência de centros de proximidade.

Por isso, defendemos e defenderemos sempre, sem demagogias, e estamos em condições de assegurar aos subscritores que o CDS continua a acompanhar com toda a atenção e particular interesse a questão que aqui nos trazem, no sentido de assegurar que será garantida a toda a população do distrito de Setúbal um acesso, sempre com qualidade e segurança, aos melhores, mais eficientes e diferenciados cuidados de saúde oncológicos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O essencial já foi aqui dito pelas várias bancadas.

Começo por saudar e agradecer à Associação das Mulheres com Patologia Mamária do Barreiro, que dinamizou esta petição, com mais de 5000 subscritores, pela defesa da manutenção de cuidados oncológicos no Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, e felicito-a vivamente por este ato de cidadania, que é tão importante nos dias que correm.

A esta petição juntaram-se também três recomendações ao Governo. Penso que estas iniciativas dispensam justificações; a sua importância é por demais evidente e não me vou alongar com justificações que, aliás, já foram sublinhadas por todas as bancadas aqui representadas.

Tive oportunidade de ouvir de viva voz testemunhos de muitas mulheres com patologia mamária e, Sr.^{as} e Srs. Deputados, era impossível não me tornar uma aliada desta causa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente através dos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral a que corresponde esta petição, tudo farão para que no Centro Hospitalar Barreiro/Montijo se continuem a prestar tratamentos oncológicos, tratamentos oncológicos de excelência, com todos os ciclos e, de facto, se há problemas com falta de médicos, como já aqui foi dito, também há maneiras de os resolver.

Muitas vezes, existem especialistas que têm mais de 50 anos e não podem fazer urgências, mas podem tratar esses doentes durante o dia. O Sr. Deputado Serpa Oliva sabe melhor do que eu que há sempre possibilidade de minorar o sofrimento e não interromper o tratamento dos doentes que estão em cuidados oncológicos, garantindo a estabilidade do serviço oncológico e dotando esses serviços com os profissionais de saúde necessários para o efeito.

O Governo, questionado sobre este assunto, em resposta a um requerimento do PS, referia o seguinte: «O Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo tem vindo a desenvolver todos os esforços no sentido de encontrar médicos desta especialidade disponíveis para contratação, sem prejuízo de outras medidas organizativas que levem ao uso mais eficiente dos recursos disponíveis que permitam garantir o acesso efetivo e atempado dos cidadãos aos cuidados de saúde em causa. Para esta unidade está prevista a contratação de um médico na especialidade de oncologia médica e outro na especialidade de radioterapia».

Ora, é nisto que quero acreditar e não na hipótese, que já ouvi, da possibilidade da criação de um megacentro hospitalar para os 700 000 utentes que existem na península de Setúbal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, chegámos ao fim da nossa agenda de hoje.

A próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia: ponto 1 — Discussão conjunta dos projetos de resolução n.ºs 606/XII (2.ª) — As novas regras da faturação e a comunicação dos elementos das faturas emitidas (PCP) e 742/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo novas regras para simplificar a burocracia das micro, pequenas e médias empresas (BE).

Ponto 2 — Discussão conjunta do projeto de lei n.º 408/XII (2.ª) — Estabelece as condições de salvaguarda dos monopólios naturais no domínio público do Estado (BE) e dos projetos de resolução n.ºs 714/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a suspensão do processo de privatização dos CTT, manutenção da empresa no Estado e o reforço das suas competências (BE), 735/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a suspensão do processo de privatização dos CTT — Correios de Portugal (PS) e 739/XII (2.ª) — Pela defesa dos CTT — Correios de Portugal, pela manutenção do seu carácter totalmente público e pela melhoria da qualidade do serviço público postal (PCP).

Ponto 3 — Discussão conjunta da petição n.º 168/XII (2.ª) — Apresentada por Manuel Rocha Abecasis (Presidente da Associação Nacional dos Estudantes de Medicina), apelando ao estabelecimento de uma política coordenada de formação de recursos humanos na área da saúde, e dos projetos de resolução n.ºs 740/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias à formação dos novos médicos (BE) e 737/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que assegure a qualidade da formação médica garantindo formação pós-graduada adequada a todos os médicos (PS).

Ponto 4 — Discussão da petição n.º 204/XII (2.ª) — Apresentada pela Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia, solicitando à Assembleia da República que tome as medidas adequadas para que os portugueses tenham um acesso de qualidade aos medicamentos e para que as farmácias disponham das condições necessárias ao seu normal funcionamento.

Ponto 5 — Discussão conjunta da petição n.º 112/XII (1.ª) — Apresentada pela Federação de Motociclismo de Portugal, solicitando à Assembleia da República que tome medidas legislativas no sentido de fazer valer nas portagens das ex-SCUT e na ponte Vasco da Gama o desconto de 30% para os motociclos portadores do dispositivo de cobrança automática denominado Via Verde) e dos projetos de resolução n.ºs 712/XII (2.ª) — Alargamento da consagração da «classe 5» de portagens às ex-SCUT (PCP), 741/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a introdução do regime de «classe 5» em todas as vias portajadas (BE) e 747/XII (2.ª) — Recomenda

ao Governo que estude a possibilidade de criação de uma «classe 5» nas vias portajadas destinada a motociclos (PSD/CDS-PP).

Ponto 6 — Discussão conjunta das petições n.ºs 220/XII (2.ª) — Apresentado por Manuel Joaquim Neves dos Santos e outros, solicitando à Assembleia da República a manutenção de Bogas de Baixo como freguesia do concelho do Fundão, 231/XII (2.ª) — Apresentada pelo Movimento «Por Vale de Vargo, Freguesia Sempre», solicitando à Assembleia da República a revogação de toda a legislação que vise a extinção, fusão ou agregação de freguesias, prevista na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, 233/XII (2.ª) — Apresentada pela Comissão Municipal de Acompanhamento do Processo de Defesa da Manutenção das Seis Freguesias do Concelho do Seixal, rejeitando a reforma da administração local, bem como a reorganização administrativa territorial autárquica proposta pelo Governo, 206/XII (2.ª) — Apresentada pelo Grupo Alcaides de Faria — Associação de Pesquisa e de Investigação Histórica e Arqueológica, solicitando à Assembleia da República o respeito pelo património imaterial da freguesia de Santa Maria de Faria e da marca Faria para que não seja exclusivamente superado pelos parâmetros demográficos e económicos, no contexto da agregação das freguesias rurais, 226/XII (2.ª) — Apresentada pela freguesia de Vila do Carvalho, solicitando à Assembleia da República a não agregação da freguesia de Vila do Carvalho e 234/XII (2.ª) — Apresentada por João Paulo Gomes Baptista Lopes e outros, manifestando-se contra a agregação da freguesia de Vila do Carvalho.

Ponto 7 — votações regimentais.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.